



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 20 DE OUTUBRO DE 2005

N.º 3471

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2º Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N.º 148 /2005
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador – BPM, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 17 e 18 de outubro do corrente ano, participar de uma Reunião da Comissão Representativa da UNALE.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente as **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “**MILTON DE MATOS ROCHA**”,

14 de outubro de 2005.

Deputado **Ronald Polanco**
 1º Secretário

Deputado **Sérgio Oliveira**
 Presidente

Deputado **Moisés Diniz**
 2º Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

TITULARES: Deputado **RENIEL HENRIGER** (PJUV)
 Deputada **ROSICLEUDA GRANGEIRO** (PHAB)
 Deputado **MARCELO MOREIRA** (PAS)
 Deputado **MATHEUS GUIMARÃES** (PAS)
 Deputada **OSMINDA RIBEIRO** (PDC)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

TITULARES: Deputada **ROSICLEIA RODRIGUES** (PMA)
 Deputada **NILCILENE MIRANDA** (PDC)
 Deputada **QUEENIA CARVALHO** (PDC)
 Deputado **ELVIS FIGUEIREDO** (PEDU)
 Deputado **RENIEL HENRIGER** (PSAU)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

TITULARES: Deputada **SILVANA ANDRADE** (PDC)
 Deputado **RAIMUNDO COSTA** (PEDU)
 Deputado **RENIEL HENRIGER** (PJUV)
 Deputada **ROSICLEUDA GRANGEIRO** (PJUS)
 Deputada **ROSICLEIA RODRIGUES** (PMA)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES: Deputada **JOICECLEUDA BEZERRA** (PAS)
 Deputado **OSMINDA RIBEIRO** (PDC)
 Deputado **RAIMUNDO COSTA** (PEDU)
 Deputada **ROCICLEUDA GRANGEIRO** (PHAB)
 Deputada **ROSICLEIA RODRIGUES** (PMA)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “**MILTON DE MATOS ROCHA**”

31 de outubro de 2005

(Assinatura)
 Deputada **TAINÁ LIMA**
 Presidente

RESOLUÇÃO N.º 07 /2005.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, do Programa “Deputado Por Um Dia”, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com as indicações das bancadas seus respectivos líderes, **Partido da assistência Social – PAS**, **Partido da Cultura – PDC**, **Partido da Educação – PEDU**, **Partido da Juventude – PJUV**, **Partido da habilitação – PHAB**, **Partido do Meio Ambiente – PMA**, **Partido do Emprego – PEMP**.

Deputada **CAMILA MELO** (PAS)
 Deputada **NILCELENE MIRANDA** (PDC)
 Deputado **ELVIS FIGUEIREDO** (PEDU)
 Deputado **RENIEL HENRIGER** (PJUV)
 Deputada **ROSICLEUDA GRANGEIRO** (PHAB)
 Deputada **ROSICLEIA RODRIGUES** (PMA)
 Deputada **DÂNTARA MARQUES** (PEMP)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “**MILTON DE MATOS ROCHA**”

31 de OUTUBRO de 2005

(Assinatura)
 Deputada **TAINÁ LIMA**
 Presidente

(Assinatura)
 Deputada **FRANCYELLEN NEVES**
 2º Secretário

(Assinatura)
 Deputada **DÂNTARA MARQUES**
 1º Secretário

Ata da 6ª Sessão Ordinária Deliberativa da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura (Programa Deputado Por um Dia). Realizada em 7 de outubro de 2005.

Presidência: Deputadas **Raíssa Lima** e **Jaqueleine Silva**.

Secretaria: Deputado **Kennedy Silva**.

Às oito horas e trinta e oito minutos, sob a Presidência da Deputada

Jaqueleine Silva, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, Secretariada pelo Deputado **Kennedy Silva**, Secretário, foi aberta a presente Sessão do Programa Deputado Por Um Dia. A seguir, a Senhora Presidenta solicitou ao Senhor Secretário proceder à chamada dos participantes da Sessão. O Senhor Secretário procedeu à chamada na seguinte ordem: **Partido do Meio Ambiente – PMA**: Deputados Camila Anarati – presente; Fabiely Araújo – presente; Jan Chryslen – presente; Marta Rivas – presente; Marcelo Nascimento – presente; Tarcio Oliveira – presente; Ana Costa – presente; **Partido da Educação – PEDU**: Deputados: Adenilson Pereira – presente; Dulcicleia Lima – presente; Jaqueline Silva – presente; Jenuíno Alves – presente; Marcos Vinícius – presente; Kennedy Silva – presente; **Partido da Saúde – PSAU**: Deputados: Jaine Nascimento – presente; Melquizedeque de Jesus – presente; **Partido da Juventude – PJUV**: Deputado: Walex Souza – presente; **Partido da Justiça – PJUV**: Deputado: Marcelo Leal – presente; **Partido dos Esportes – PESP**: Deputado: Patrick Moura – presente. Em seqüência, a Senhora Presidenta, **Raíssa Lima**, convidou o Deputado **Melquizedeque de Jesus**, para, de pé, proferir o Termo de Compromisso. O Deputado **Melquizedeque de Jesus**, prestou o seguinte juramento: “Prometo desempenhar fielmente o mandato para o qual fui investido buscando promover o bem geral do Estado do Acre, dentro das normas regimentais”. A seguir, a Senhora Presidenta, **Raíssa Lima**, solicitou ao Senhor Secretário proceder

à chamada para eleição da nova Mesa Diretora. O Senhor Secretário procedeu à chamada para votação na seguinte ordem: **Partido do Meio Ambiente – PMA**:

Deputada Camila Anarati: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputada Fabiely Araújo**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Jan Chryslen**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputada Marta Rivas**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Marcelo Nascimento**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Dulcicleia Lima**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Tárcio Oliveira**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputada Ana Costa**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Partido da Educação – PEDU**: **Deputado Adenilson Pereira**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Raimundo Costa**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Marcelo Nascimento**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Dulcicleia Lima**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputada Jaqueline Silva**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Jenuíno Alves**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Marcos Vinícius**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Kennedy Silva**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Deputado Melquizedeque de Jesus**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Partido da Juventude – PJUV**: **Deputado Walex Souza**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima;

Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima; **Partido dos Esportes – PESP**: **Deputado Patrick Moura**: Presidente: Jaqueline Silva; Vice-Presidente: Camila Anarati; 1º Secretário: Kennedy Silva; 2º Secretário: Dulcicleia Lima. A Senhora Presidenta, **Raíssa Lima**, empossou a nova Mesa Diretora e pediu a todos os presentes uma salva de palmas. Em seguida passou a direção dos trabalhos à Presidente eleita. Lida a Ata da Sessão anterior foi a mesma aprovada sem restrições.

O Expediente do Dia constou de: **Indicação n.º 33/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Adenilson Pereira**, do PEDU, solicitando ao Secretário, de autoria do Deputado **Adenilson Pereira**, do PEDU, solicitando ao Senhor Governador do Estado do Acre, para junto a Secretaria de Estado de Educação proporcionar melhorias nas escolas da periferia; **Indicação n.º 34/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Walex Souza**, do PJUV, solicitando ao Secretário, de autoria do Deputado **Walex Souza**, do PJUV, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente implante política social que busquem eliminar atos de preconceito e racismo na nossa cidade; **Indicação n.º 35/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Jan Chryslen**, do PMA, solicitando ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que tome providências junto ao órgão competente, promover palestras, seminários, visitas, folders, campanhas incentivando a limpeza pública; **Indicação n.º 36/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Marcelo Leal**, do PJUS, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente implante política social que busquem eliminar atos de preconceito e racismo na nossa cidade; **Indicação n.º 37/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Patrick Moura**, do PESP, solicitando ao Governador do Estado do Acre, para que

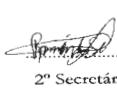
estude a possibilidade de construir quadras esportivas. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Adenilson Pereira**, do PEDU; **Marcos Vinícius**, do PEDU; **Jenuíno Alves**, do PEDU. A Senhora Presidenta, **Jaqueleine Silva**, registrou a presença do Deputado Tarciso Medeiros. Dando

continuidade, usaram da palavra os Deputados **Fabiely Araújo**, do PMA; **Marta Rivas**, do PMA; **Ana Costa**, do PMA; **Tárcio Oliveira**, do PMA; **Marcelo Leal**, do PJUS; **Melquizedeque de Jesus**, do PSAU; **Jan Chryslen**, do PMA; **Patrick Moura**, do PESP; **Camila Anarati**, do PMA; **Kennedy Silva**, do PEDU. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Tárcio Oliveira**, do PMA; **Jenuíno Alves**, do PEDU; **Jaine Nascimento**, do PSAU; **Patrick Moura**, do PESP.

A Senhora Presidenta, **Jaqueleine Silva**, registrou a presença do Deputado Sérgio

Convoca a sessão ordinária para o dia 20 de outubro de 2005, às 11 horas, para Adenilson Pereira, do PEDU; Ducicleia Lima, do PEDU. A Senhora Presidenta, Jacqueline Silva, agradeceu a todos, principalmente ao Deputado Tarcísio Medeiros por esta iniciativa. Agradeceu a presença de todos os Deputados e Deputadas do Programa Deputado Por Um Dia, da direção das escolas, equipe pedagógica, assessores desta Casa e à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Sessão, precisamente às onze horas e vinte e cinco minutos, e convocada outra para dia e hora regimental. E, para, constar, eu, *Milton Matos Rocha*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente


2º Secretário


1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 154 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", inciso II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

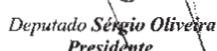
Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor *Sílvio de Oliveira de Araújo*, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP – EG-9**, da Liderança de Bancada do Partido da Frente Liberal - PFL, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

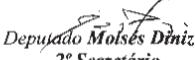
Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 3 de outubro de 2005.

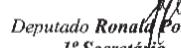
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

19 de outubro de 2005


Deputado Sérgio Oliveira
Presidente


Deputado Moisés Diniz
2º Secretário


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 155 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", inciso II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora *Antonia França de Oliveira Vieira*, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP – EG-14**, da Liderança de Bancada do Partido da Frente Liberal - PFL, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 3 de outubro de 2005.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

19 de outubro de 2005


Deputado Sérgio Oliveira
Presidente


Deputado Moisés Diniz
2º Secretário


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 156 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", inciso II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor *Altair Schafer*, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP – EG-9**, da Liderança de Bancada do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 3 de outubro de 2005.

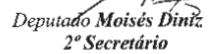
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

19 de outubro de 2005


Deputado Sérgio Oliveira
Presidente


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 157 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", inciso II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora *Mara Beatriz Schafer*, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP – EG-14**, da Liderança de Bancada do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 3 de outubro de 2005.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

19 de outubro de 2005


Deputado Sérgio Oliveira
Presidente


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 158 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições, prevista na "c", inciso II, do Art.12, do Regimento Interno desta Casa.

CONSIDERANDO o teor do Processo n. 1.525, de 6 de dezembro de 2004, em que é requerente a servidora deste Poder, *Ana Valdomira Almada Leite*;

CONSIDERANDO que na documentação comprobatória apresentada pela requerente no Processo n. 1.525/2005, é incontestável que a referida servidora faz jus ao benefício da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais;

CONSIDERANDO finalmente, que o parecer n. 06/2005, exarado pela Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa, nos autos do Processo n. 1.525/2005 foi favorável à pretensão da requerente.

RESOLVE:

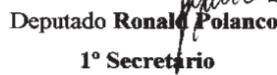
Art. 1º CONCEDER Aposentadoria por invalidez à servidora *Ana Valdomira Almada Leite*, pertencente à categoria funcional de Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com fulcro no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais ns. 41, de 19 de dezembro de 2003 e 47, de 05 de julho de 2005 e/c art. 242, inc. I e § 1º, da LC n. 39, de 1993.

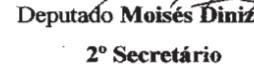
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

19 de outubro de 2005


Deputado Sérgio Oliveira
Presidente


Deputado Ronald Polanco
1º Secretário


Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 159 /2005
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER de acordo com o Parecer n. 27/2005, exarado pela Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa, nos autos do Processo n. 1.238, de 22 de agosto de 2005, os benefícios de **Pensão Vitalícia por Morte**, do ex-servidor do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, Marcos Nunes de Souza, falecido em 17 de agosto de 2005, Técnico Legislativo, CÓD. PL-NM-301, CL. "B", Ref. 11, à senhora **Rogéria Maria Figueira dos Santos**, nos termos do art. 40, § 7º, II, da CF, com a redação dada pela EC n. 41, de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 20 de outubro de 2005

Deputado Sergio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 161/2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.436/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Raimunda Marques Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **1º/11/2005** a **30/11/2005**, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de outubro de 2005.

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 162/2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.450/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Gisela Fátima Souza de Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 13, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **trinta dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de **10/10/2005** a **8/11/2005**, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005.

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 163/2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.449/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Raimunda Marques Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14 do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de **13/9/2005** a

27/9/2005, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 164/2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.451/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Luiz Moacir Filho**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16 do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **trinta dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de **13/10/2005** a **11/11/2005**, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N. 537 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma que preceitua a Resolução n. 48/D, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-12** para **SP-EG-17**, do senhor **Roberto Mazzini Bordini**, Secretário Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de outubro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005.

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

PORTARIA N. 538 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o Senhor **Raimundo Lopes da Silva**, para exercer cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP-EG - 20**, junto ao gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 03 de outubro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005.

Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

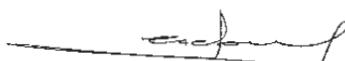
PORTARIA N. 539 /2005
**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a Senhora **Terezinha Santana da Silva**, para exercer cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG – 20, junto ao gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 03 de outubro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de outubro de 2005.


Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

**76ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 20 de outubro de 2005

Presidência: Deputados **SÉRGIO OLIVEIRA, FRANCISCO VIGA e DELORGEM CAMPOS**

Secretaria: Deputado **LUIZ CALIXTO**

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do PT; ELSON SANTIAGO, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do BPM; HÉLIO LOPES do PMDB; NOGUEIRA LIMA do PPS; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do PP, DELORGEM CAMPOS do PSB; LUIZ CALIXTO do PDT.

AUSENTES: Deputados EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ do BPM; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do PSDB; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS; DINHA CARVALHO do PL; RONALD POLANCO Sem Partido.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

OF/GAB/PGJ/n. 694/2005, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, Edmar Azevedo Monteiro Filho, informando que designou a Promotora de Justiça da Promotoria Especializada da Cidadania e Saúde Pública, Drª Gilcely Evangelista de Araújo Souza, para representar aquele Parquet na Sessão Solene que se realizará dia 20 de outubro, no Plenário deste Poder Legislativo;

OF/GAB/PGJ/n. 673/2005, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Edmar Azevedo Monteiro Filho, em resposta ao Ofício n. 519/GABP, de 6 de outubro de 2005;

Ofício n. 342/2005 - PR/AC/MV, do Procurador da República, Marcus Vinícius Aguiar Macedo, formalizando convite para que a Aleac seja parceira na Audiência Pública acerca da qualidade da Programação Televisiva que se realizará no dia 6 de dezembro vindouro, às 14h, atividade capitaneada pelo referido órgão em conjunto com o Ministério Público Estadual – MPE, apoiado ainda pelo Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Rio Branco e Sebrae/AC; solicitando, também, a participação de um representante da Aleac numa reunião de trabalho sobre a dita Audiência Pública, a ser realizada no dia 25 de outubro próximo, às 10h, na sede do Ministério Público Federal;

Ofício n. 683/05/GP, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Julio Garcia, convidando o Presidente deste Poder a participar do I Ciclo de Estudos Jurídicos, promovido pela Associação dos Procuradores da referida Assembléia, que se realizará nos dias 10 e 11 de novembro;

Of. CER/N. 52/05, da Secretaria de Organização do Diretório Regional do PT-AC, Lúcia Maria Ribeiro de Lima, comunicando que o Deputado Estadual Ronald Polanco se desfiliou desde o dia 13 de outubro do corrente ano;

Carta, do Deputado Roberto Filho, comunicando que se desfiliou do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e filiou-se ao Partido Progressista – PP;

Indicação n. 168/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Luis, solicitando ao Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Acre, a instalação de um Posto de auto-atendimento no Município de Manoel Urbano.

Pequeno Expediente

Deputado **ROBERTO FILHO** (PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, colegas da Imprensa, a visita da nossa Secretaria de Saúde a este Poder, para mim, foi muito especial, até porque ela falou que realmente aquelas pessoas, que dependem do TFD, têm direito às diárias. Ela disse também que muitas pessoas viajam sem condições, só com a passagem e realmente existe essa verba para auxiliar essas pessoas. Os Senhores Deputados estão de parabéns por tentarem mostrar para a população os seus direitos.

Senhor Presidente, falando de Saúde, eu moro em frente ao Centro de Saúde Gentil Perdone da Rocha e ontem eu vi uma cena, Deputada Naluh, de chorar. Mais de 45 pessoas chegaram às 5 horas da tarde para pegar uma ficha para um dentista. O Centro do Esperança tem condições de abrigar várias pessoas, Deputado Pe. Valmir. Todavia, pessoas de quarenta, cinqüenta anos, estavam jogadas dentro da vala, porque o Centro estava fechado. Pedi ao vigia que abrisse o portão, pois estava garoando e ele disse: - “Eu recebi ordens da nossa diretora, para não deixar ninguém entrar”. Eu disse: sim, as pessoas precisam ir ao banheiro? As pessoas vão fazer suas necessidades aqui no meio da rua? Não, mas é ordem dela para não deixar entrar ninguém.

Peguei o telefone liguei para o nosso querido Secretário e disse: Dr. Eduardo Farias, está acontecendo isso e isso aqui no Centro de Saúde. Venha até aqui e dê uma olhada para o Senhor não dizer que é coisa de política e tome as providências que achar necessária. Não Roberto, pode deixar. Era onze meia e as pessoas continuavam lá. Então, corri ao supermercado, comprei bolacha, Nescau e deixei lá.

O Secretário não teve consideração comigo que sou político, imagine com outras pessoas.

Hoje, vou tentar falar com o Prefeito Angelim, uma pessoa que veio da pobreza, uma pessoa séria, humilde, porque se ele aceitar aquela patifaria, promovida por uma chefe de um posto de saúde é porque ele não tem coração. Se fosse a mãe dela que estivesse ali eu tenho certeza que ela teria dado abrigo. É um absurdo, Deputado Nogueira Lima, só vendo mesmo. Estava garoando e o pessoal amanheceu o dia tipo bicho de ruma, uns por cima dos outros. E o Secretário de Saúde Municipal não teve a consideração de ir lá ver aquelas pessoas. Ele não teve, sequer, a consideração de me ligar. Eu mostrei para eles que tinha ligado, porém nada foi feito. Quando foi onze e meia, eu liguei para ele e o telefone estava fora de área. Tentei várias vezes, o telefone chamava, mas ninguém atendia.

Então, meus irmãos, o povo realmente está sofrendo, principalmente pela falta de administração naquele posto de saúde, mas com essa denúncia eu tenho certeza, que a partir de amanhã, isso não vai mais acontecer. Eu tenho certeza que quem está sendo massacrado é o pessoal que mora no Conjunto Esperança. As pessoas estão sendo humilhadas e acabam me procurando porque sabem que sou Deputado. Eu fiquei triste com aquela cena, porque trata-se do bairro onde eu moro, as pessoas humildes sendo massacradas, no Centro de Saúde do nosso conjunto, isso é uma vergonha. Você imagina o que não está acontecendo nos outros postos.

Deputado Nogueira Lima, aquele centro não tem dez metros da minha casa. E quem construiu foi eu com o Orleir. Se eu entrei ali umas quatro vezes, foi muito, para evitar esse negócio de política.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ LUIS** (BPM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores da Imprensa, ouvintes no Salão do

Povo, na semana passada fui procurado por oito empresários do ramo de farmácia, do Município de Sena Madureira, os quais me colocaram que as farmácias existentes lá estão sem bioquímico. E a única bioquímica que assinava para estas oito farmácias, resolveu também, abrir uma loja que é a Senhora Larissa Victório Queirós Sales. Sendo assim, ela não pode mais assinar pelas oito farmácias. Isso ocorre há mais ou menos um ano e meio. Acontece que a cada vinte dias os donos das farmácias, estão sendo multados no valor de R\$ 1.500,00 a 1.700,00. Inclusive, existe uma farmácia lá, que deve de R\$ 30.000,00 a 40.000,00 para o conselho. Esse valor o estoque existente na farmácia não paga essas multas e aí é onde entra a minha pergunta: quem são os culpados? É o dono da farmácia, que não tem bioquímico ou é o conselho que tem culpa?

Gostaria, inclusive, de aproveitar este momento e pedir aos nobres Pares, que convidem o Presidente do Conselho, que fica em Porto Velho, pois aqui no Acre não tem, só existe uma representação, para podermos discutir sobre esse assunto.

Só agora, depois de muita luta, Deputado Pe. Valmir, passado um ano e meio, é que nós conseguimos um bioquímico para aquele município e que ele assinasse por quatro farmácias, porque pela lei, ele só pode atestar por três; e atualmente quem abrir uma farmácia, só assinará por uma. E essa lei só serve para os Estados de Brasília, Porto Alegre e São Paulo, porque lá tem faculdade de Farmácia e de Bioquímico. Mas aqui no Acre a situação é totalmente diferente.

E agora surgiu outro problema, o conselho não aceita a homologação do contrato do farmacêutico e do bioquímico, enquanto estas farmácias não quitarem as multas ou negociarem suas dívidas.

Então, a nossa intenção é tentar trazer, na semana que vem, na quarta-feira, no Grande Expediente, com a autorização dos nobres Pares, um representante do conselho de Rondônia, para que nós tenhamos uma posição sobre esse impasse. E conseguir anistia dessa dívida ou a homologação do contrato daqueles profissionais. Porque na situação em que está, essas farmácias poderão fechar e ficar somente uma farmácia para atender a população daquele município. Então, isso na minha opinião, vai virar um monopólio e não podemos, de forma nenhuma, aceitar que isso aconteça.

Um outro fato que eu gostaria de registrar aqui, diz respeito ao Município de Manoel Urbano, pois está chegando o inverno e naquele local não tem uma agência do Banco do Brasil. Eu juntamente com os Vereadores de Sena Madureira e o Prefeito, já estivemos conversando, por seis vezes, com o Superintendente do Banco do Brasil, Senhor Joaquim, mas até hoje esse problema não foi resolvido. Deputado Pe. Valmir, agora no inverno os funcionários para receberem seus salários, terão que pegar um batelão e pagar R\$ 25, 00, para chegarem em Sena Madureira; e esse batelão só sai no outro dia. Quer dizer, quem recebe R\$ 300,00 ou R\$ 400, 00, deixa o dinheiro todinho em Sena Madureira. Então, pediria que elaborássemos um documento contendo a assinatura de todos os Parlamentares e encaminhássemos a sede do Banco do Brasil, em Brasília, para resolvemos esse problema, que se constitui num caos para os moradores de Manoel Urbano.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, meus competentes jornalistas, meus amigos e amigas que assistem a Sessão no Salão do Povo, alguns vão participar, inclusive, da Sessão especial que será realizada, para discutir a problemática enfrentada pelas pessoas portadoras de deficiências.

Ontem, nós tivemos aqui na Assembléia Legislativa um debate sobre tratamento fora de domicílio, sem contar que nós nos deparamos com o silêncio, talvez a covardia, a subserviência de alguns que se posicionaram. Porém, eu não esperava que os efeitos do mensalão fossem suficientes para manipular informações, distorcer acontecimentos, publicar coisas que não ocorreram aqui dentro.

Então, eu quero parabenizar o profissionalismo da minha querida amiga Angélica e expressar a minha indignação com relação aos releases que foram distribuídos pelo Governo do Estado para os Jornais Página 20 e A Gazeta. Não que esses jornais não tenham o direito de receber do Governo, de extorquir o Governo, de vender suas manchetes, que são pagas exatamente com o dinheiro que falta para atender as necessidades básicas do Tratamento Fora de Domicílio da Secretaria de Saúde.

Todavia, são dois corruptos, de um lado o dono do jornal e de outro o Governo, que manipula as informações. Porém, eles não têm o direito de distorcer coisas que não foram ditas aqui. Quem estava aqui, quem assistiu os pronunciamentos sabe que a Secretaria de Saúde reconheceu as falhas, reconheceu as deficiências e pediu ajuda. Então, o jornal pública, como uma declaração dela, que nós a chamamos para fazer proselitismo político.

Esse Governo é arrogante, prepotente e não tem a humildade para reconhecer suas falhas, suas carências e tenta a todo custo politizar, dizendo que Deputados da Oposição utilizam-se da miséria das pessoas que precisam se deslocar para outro Estado para fazer política. Ora, quem faz política com o dinheiro público neste Estado, Deputado Fernando Melo, é o seu Governador. Quem manipula e quem arregimenta médicos, remédios, para fazer campanha nas beiradas dos rios, é o Senador Tião Viana, ele é quem usa da miséria do povo, da carência, para fazer campanha, distribuindo os remédios, que deveriam ser dados nos postos de saúde. Porém, tem uma tal de saúde itinerante, que o Senador bota debaixo do braço e sai por aí a pedir votos, dizem até que a TV Rio Branco e nós estamos fazendo sensacionalismo, e os donos dos jornais que publicam os releases da assessoria de comunicação? Vocês são criminosos, além de corruptos, porque o dinheiro que é pago a vocês, é o dinheiro que a Secretaria de Saúde lamenta que está faltando para dar R\$ 10,00 para um cidadão acreano pagar um prato de comida lá em Goiânia.

Portanto, o dinheiro que esses donos desses jornais recebem para fazer suas mansões é o dinheiro que está faltando para consertar o tomógrafo. Então, façam o jornalismo que quiserem, vendam suas capas, mas não pousem de honestos, de moralistas, não acusem a Oposição.

Eu não baixo a minha cabeça. Já disse uma vez que quem tem que andar de cabeça baixa neste Estado, Deputado Nogueira Lima, é o Governador Jorge Viana.

Recomendo aos Deputados a leitura do Relatório do Tribunal de Contas da União, pelo qual esse Governador deveria ser preso, numa operação desencadeada pela Polícia Federal. Já vi muita gente ser presa nesse Estado por muito menos. Nesse relatório tem de tudo até obras que foram pagas e não foram realizadas. E ainda usam o dinheiro do contribuinte acreano para insultar.

O Governador e Senador Tião Viana sabiam, participavam das reuniões com Silvinho Pereira, recebiam dinheiro sujo do Marcos Valério. O dinheiro de V. Ex^as pode calar a Imprensa, os donos de jornais, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, quem quer que seja, mas não calará a mim. Sabem por quê? Porque V. Ex^as são corruptos, desonestos, tanto no trato financeiro quanto no trato do relacionamento.

Então, na façam isso, o dinheiro que falta, talvez para comprar uma cadeira de rodas para algum cidadão portador de deficiência, é o dinheiro que o dono desse jornal recebe para publicar essas grosserias. Nós fomos tão educados aqui, Deputado Nogueira Lima, com a Secretaria de Saúde. Fomos tão fidalgo e no outro dia eles vêm com inverdades.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros do Salão do Povo e da Imprensa, desde ontem que eu quero abordar um assunto mas não tenho tido oportunidade, porque outros debates vão surgindo.

Eu não tenho compromisso com o Governo ou com o Prefeito, mas sim com os meus eleitores, meus amigos, minha família e com Deus.

A Assembléia dá a todos os Deputados uma estrutura e cada um tem a sua independência para fazer a campanha necessária para ser reeleito e voltar aqui para a Assembléia. Não precisa estar ligado a Governo, a Prefeito ou a Senador. Eu sempre digo: sou independente; só devo a Deus, aos meus amigos e à minha família, porque eu tenho uma estrutura de gabinete suficiente para fazer o que faço.

Ultimamente, nós estamos vendo, aqui na capital do nosso Estado e nos maiores municípios, o caos que está implantado no serviço de segurança pública. Os Delegados e o Comandante da PM estão calados em relação à desorganização que está neste sistema. O que está acontecendo é ridículo. Todos os dias acontecem assaltos no centro da cidade. Quatro, cinco pessoas estão sendo assaltadas diariamente e nós não temos policiamento, não temos uma viatura, não temos um plano na PM para conter esse crime. Hoje, pela manhã, eu estive no quartel e perguntei se, pelo menos, havia um plano de ação para combater essa prática. Não tem!

Existe um plano de implantar quatro regionais para combater a criminalidade que está instalada no Estado todo, mas não está efetivado. No entanto, o atual Secretário de Segurança ainda diz que a criminalidade diminuiu 30% em três meses. V. Exa., Deputado Fernando Melo, que foi Secretário de Segurança por quatro anos, nunca disse uma asneira dessa. Será que ele pensa que o povo desse Estado é idiota. Em nenhum lugar do Brasil ou do mundo, em três meses, o índice de violência diminuiu 30%. Colocam para a mídia que não há mais assaltos, mas os pequenos assaltos, os pedágios, ocorrem freqüentemente no centro da cidade e em quase todos os bairros. Depois das 23 horas ninguém pode mais sair de casa porque é assaltado.

E o que está sendo feito? As viaturas da Polícia Militar estão quase todas quebradas. A gasolina e a assistência às viaturas foram reduzidas. Muitas viaturas estão paradas no pátio da Chevrolet há mais de dois meses. Porque essas viaturas não estão nas ruas? Porque querem fazer a Operação Papai-noel para fazer mídia. Essa Operação vai durar dez dias, muitas viaturas vão circular, depois páraro tudo.

Existem cidadãos sendo estuprados por ladrões dentro de casa. Não estão denunciando porque não têm coragem de ir às delegacias, pois além do estupro, o seu nome e de sua família, podem ser expostos. Os Delegados sabem disso. Um Deputado falou aqui essa semana sobre um caso em que o Secretário recomendou que não fizesse o Boletim de Ocorrência. O que está acontecendo em nosso Estado é um absurdo.

Antigamente, havia um repórter que fazia a cobertura de todas as delegacias, mas não temos mais isso, nós não estamos mais vendo isso. Por que, Senhor Presidente? Porque a Imprensa está obrigada a ficar calada. É isso que o Deputado Luiz Calixto acabou de falar. Hoje a Imprensa só diz inverdades, inclusive nos acusaram de não querer receber uma senhora, e nós, os três Deputados da Oposição, fomos os últimos a sair, ficamos ouvindo as senhoras até elas terminarem, porque os demais, quase todos foram embora, mas o jornal fez essa crítica infundada. Eu acho que nós temos que nos preocupar mais com a nossa sociedade.

(Sem revisão do orador)

Deputado Pe. VALMIR FIGUEREDO (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia. Há quase um mês que eu tento falar um pouquinho nesse horário e não consigo. Gostaria de chamar a atenção dos meus irmãos no sentido de que a Assembléia não pode ficar voltada somente para si própria ou para o Estado. Nós, enquanto homens públicos, temos que estar conectados com o mundo. Há pouco tempo vimos uma catástrofe muito grande acontecer no Paquistão, onde morreram quarenta e oito mil pessoas. E ainda virá mais uma grande tempestade que poderá matar muita gente.

Os Países do mundo inteiro têm se mobilizado e ajudado aquele povo necessitado, porém não vimos nada ser feito pelo Brasil e pelo Acre, ou mesmo pela Assembléia Legislativa para ajudar esse povo. Quer dizer, não interessa a nós que estejam morrendo milhares de pessoas, o que importa são nossos objetivos pessoais.

Eu fiquei muito triste em ver aqui no Amazonas, pertinho de nós, a seca que está causando calamidade. Muita gente também está sofrendo e ninguém se preocupa com isso. Tivemos uma cheia aqui no Acre e não vimos ninguém se mobilizar para ajudar as pessoas que estavam sofrendo. Quero dizer, que quando não nos importamos com o próximo, os nossos objetivos não serão alcançados, porque estamos ligados uns aos outros pelo fato de sermos humanos. Por isso eu quero deixar aqui um conselho ao Deputado que pretende ser reeleito, não se esqueça dos seus semelhantes, se você se preocupa, é solidário com quem sofre com certeza alcançará seus objetivos.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Solicitamos aos Senhores Deputados que acompanhem ao plenário, os representantes dos Portadores de Deficiência Física. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, em nome da Mesa Diretora e de todos os Parlamentares desta Casa, damos as boas-vindas aos nossos convidados e, a seguir passamos a palavra à Deputada Naluh Gouveia, autora do Requerimento.

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras, primeiro quero

parabenizar a direção do ADERF, por ter me pedido para chamar para esta Sessão Solene, em homenagem ao dia dos portadores de necessidades especiais, as companheiras e companheiros deficientes físicos. Quero dar as boas-vindas às autoridades representantes do Ministério Pùblico, das várias Secretarias, ao Wellington da APAE e a todos os companheiros presentes.

Há pouco, um companheiro me disse: "Naluh, eu estou extremamente emocionado de estar aqui". Quem está emocionado somos nós, que abrimos a Assembléia Legislativa para todos os segmentos da sociedade. Já convidamos os companheiros engraxates, os Procuradores, os trabalhadores em Educação, trabalhadores da Saúde, do Incra e outros órgãos federais, mas ainda não havíamos recebido vocês e estamos muito felizes por estarem aqui. A Assembléia Legislativa que representa o povo ainda não tem um portador de necessidades especiais entre os Deputados ou no quadro de servidores.

Conversando com o Wellington e demais companheiros e companheiras da APAE, eu disse que só sabe como é a vida do portador de necessidades especiais, quem tem um filho ou uma filha assim, ou é uma pessoa que tem alguma deficiência física.

O Romário, jogador de futebol, tem uma filha com Síndrome de Dow, e ele tem falado muito sobre essa doença, sobre a tolerância necessária para conviver com um filho com esse tipo de problema.

É muito difícil o dia-a-dia dos portadores de necessidades especiais. As dificuldades são muitas, como as escadas, as ruas esburacadas e os problemas por não termos uma cidade organizada, que leve em conta as necessidades de cada pessoa.

Muitas vezes nós apresentamos leis aqui, que são aprovadas, mas não são cumpridas. Exemplo disso foi uma Lei proposta por mim, que prevê que 10% dos livros comprados pela Secretaria de Educação deve ser em Braile. Foi aprovada aqui, mas não está sendo cumprida. Por isso eu encaminhei um documento para a Secretaria de Educação e o Secretário me garantiu que vai cumprir essa lei.

Outra Lei, também de minha autoria, determina que a Secretaria de Saúde coloque pessoas com deficiência visual para trabalhar nas câmaras escuras da Fundação Hospitalar, naquelas salas de RX, porque todos sabem que essas pessoas têm bastante facilidade para se locomover em locais escuros e podem desenvolver esse trabalho extremamente bem. Então, essa Lei visa priorizar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Há aproximadamente três anos eu não sabia o que era ser estigmatizado, quando a Cristiane me procurou aqui, e me informou sobre uma situação que eu jamais havia presenciado neste Estado.

Quando se quer promover a cidadania, temos que estar atentos à qualidade e a aquisição de bolsas, porque bolsas boas é difícil, por isso eram dadas bolsas de péssima qualidade. Hoje nós estamos com bolsas realmente de qualidade, que dá para passar uma semana com elas. Fruto de um Projeto nosso que o Governo atendeu prontamente.

Apresentamos também uma lei, que beneficia as mulheres grávidas. Gravidez não é deficiência, pelo contrário, é algo muito bom, porém, elas sentem uma certa dificuldade para estacionar o carro.

Então, são situações que nós temos tentado amenizar através de leis, mas se o Poder Pùblico não respeita essas companheiras grávidas e esses companheiros com necessidades especiais, não adianta.

Essa semana eu vi uma matéria no Jornal Nacional, onde um companheiro mostrava as dificuldades de se locomover de cadeira de rodas, em Brasília, que é a cidade que representa todo o Brasil, pois é a sua capital. Ele mostrou os problemas encontrados nas calçadas, nos ônibus, cujas portas são mais estreitas que a cadeira de rodas e não dá para entrar.

Essas situações são constrangedoras e temos que discuti-las e mostrar para sociedade, porque não dá para viver numa sociedade pela metade. Temos que incluir a todos. Não podemos permitir que uma parte da sociedade fique excluída.

Portanto, foi esse o motivo de termos apresentado o nosso Requerimento e este ter sido aprovado por unanimidade entre os 24 Deputados. Todos fizeram questão de aprová-lo para que a Assembléia fosse parceira nessa luta pelo respeito aos portadores de necessidades especiais, e pelo respeito aos direitos constitucionais, como o de ir e vir,

que é o direito mais difícil de ser usufruído numa cidade como a nossa. Não existem condições para o ir e vir de portadores de necessidades especiais nas escolas, órgãos públicos, no trabalho ou na Assembléia Legislativa. Enfim, em lugar nenhum.

Então essa é uma manifestação da Assembléia Legislativa e em nome do nosso Presidente, o Deputado Sérgio Oliveira e da Mesa Diretora, queremos dessa forma mostrarmos que estamos com vocês, ouvi-los e tentar fazer pelo menos a nossa parte, que é cobrar do Poder Executivo o cumprimento das Leis que aprovamos aqui, para que não haja tantos excluídos na nossa sociedade.

Esse é o nosso sentimento hoje e no que for possível a Assembléia ajudará, numa luta bonita, de inclusão. Essa é a luta na qual a Assembléia quer se engajar.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra a Dra. Gilcely Evangelista, Promotora de Justiça.

Drª GILCELY EVANGELISTA (Promotora de Justiça) – Cumprimento, inicialmente, todos os membros desta Casa Legislativa, bem como as demais autoridades que se encontram presentes na pessoa do Presidente, Deputado Sérgio de Oliveira. Rendo minhas homenagens à Deputada Naluh Gouveia pela brilhante iniciativa em propor esta Sessão Solene para debater a problemática que atingem as pessoas portadoras de deficiência física.

Senhoras e Senhores, a Organização das Nações Unidas calcula que a população deficiente em países com as características sócias – econômicas do Brasil é 10% da população global. Assim, cerca de 15 milhões de brasileiros portam algum tipo de deficiência, mental, física ou sensorial. Nem estatísticas oficiais temos. E se juntarmos a esse número os estudos que dizem que 12% da população vive com até meio salário-mínimo, teremos em torno de dois milhões de deficientes sobrevivendo com essa renda familiar.

A Nação Brasileira mantém cerca de dois milhões de brasileiros presos em suas deficiências, sem as mínimas condições de respeito ao ser humano. Cegos sem bengalas, amputados sem muletas, paraplégicos sem cadeiras de rodas, surdos sem comunicação, deficientes mentais isolados, todos vivendo no fundo do nosso quintal, no nosso quarto dos fundos, como se o mundo já não tivesse as grandes perspectivas de inclusão do deficiente.

A vida para uma pessoa portadora de deficiência física não é nada fácil. Se para as pessoas sem qualquer problema físico, o dia-a-dia já é uma experiência estressante, imaginem para quem depende de adaptações ou da ajuda de terceiros para se locomover.

São muitos os obstáculos enfrentados pelas pessoas portadoras de deficiência – de ordem social, política, econômica e cultural; pois não é concedido um mínimo de condição às pessoas portadoras de deficiência física de exercer o convívio em comunidade, incluindo aí aspectos fundamentais na vida de qualquer um, como educação, trabalho, habitação, segurança, economia, saúde, dentre outros.

Cumpre ressaltar que as pessoas portadoras de deficiência reivindicam a eliminação dos impedimentos a uma vida normal – o simples ir e vir, por exemplo – da mesma maneira que não esperam nenhum paternalismo ou piedade, pois estas condutas enfatizam o preconceito e estimulam a exclusão, ao invés de inseri-los no meio social.

As pessoas portadoras de deficiência lutam para ter acesso aos direitos que devem pertencer a todos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer.

Torna-se importante enfatizar que leis têm sido criadas para a garantia desses direitos, mas, apesar da existência delas, percebemos que nós excluímos as pessoas que consideramos diferentes.

Portanto, precisamos conhecer e reconhecer essas pessoas que vivem à nossa volta, excluídas por nossa própria ação, pois se desejamos realmente uma sociedade democrática, devemos criar uma nova ordem social, pela qual todos sejam incluídos no universo dos direitos e deveres e, para isso se torna necessário saber como vivem as pessoas com deficiência, conhecer suas expectativas, necessárias e alternativas.

Promover a inclusão das pessoas portadoras de deficiência requer um processo global em que todas as nações estejam envolvidas. A globalização que toma conta da economia nacional, não se pode dar em termos tecnológicos apenas para alguns, mas para todos sem distinção e discriminação.

Tem-se certo que o avanço tecnológico poderá impedir ou superar de alguma forma a maioria das deficiências. O objetivo é que a sociedade se proponha a resolver os seus problemas, pois nossa igualdade depende de nossas experiências com os outros e com o meio que nos cerca, pois este é o lugar da verdade democrática, onde a experiência tem que ser construída com a própria experiência e o mundo continua permeado por diferentes percepções e estilo de vida, fazendo com que o portador de deficiência sinta-se capaz de ser verdadeiramente livre, igual e, acima de tudo, respeitado.

A igualdade e a liberdade podem evoluir e crescer pelas reivindicações que estão sendo travadas pelas entidades representativas, sendo elas bastante combativas ao buscar os seus direitos. E os resultados positivos destes movimentos irão influenciar a maneira pela qual a pessoa portadora de deficiência usa sua experiência com o mundo para que os outros possam com ela conviver e para que possam ser criadas as condições de sua vivência em sociedade, de uma verdadeira democracia e de um Brasil habitado por cidadãos de verdade, ou seja, cidadãos que fazem prevalecer e obedecer as leis jurídicas vigentes em nosso País.

Entretanto, além das conquistas alcançadas, os programas governamentais devem ter soluções eficazes que promovam a real integração das pessoas portadoras de deficiência. Significa planejar, organizar e financiar atividades em todos os níveis. As políticas públicas necessitam ter o caráter de interdisciplinaridade.

Torna-se primordial que a criança ou o adolescente portador de deficiência, precisam estar incluído na rede regular de ensino. Promovendo tal direito se está contribuindo para a integração e a convivência harmônica nas escolas e instituições, evitando a discriminação e o preconceito aos alunos portadores de deficiência.

O oferecimento de unidades habitacionais adequadas às necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência também se constitui em uma importância estratégica a ser tomada. A habitação destinada às classes mais pobres da população brasileira tem sido uma lacuna nesta área de planejamento em nosso país. O fornecimento de moradias que atendam às diferentes exigências que são apresentadas, deve levar em consideração as condições físicas, econômicas e sociais, visando com isso facilitar o acesso de uma pessoa com dificuldade de locomoção.

Com relação à questão da garantia de um direito fundamental da pessoa portadora de deficiência como o emprego, a Constituição da República já dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas no mercado de trabalho, no serviço público e nas instituições privadas.

Com isso se expandem as responsabilidades para os proprietários de empresas que devem tornar seu meio físico adaptado, além de oferecerem benefícios iguais aos cidadãos com deficiência através, por exemplo, de oferta de trabalho. Isso também se refere às entidades de diversos níveis, a organizações não governamentais e a sociedade.

Além do mais, quando se fala de integrar políticas, deve-se também ter em mente uma atuação integrada entre os diversos órgãos do governo para a promoção do acesso à cultura, ao desporto e ao lazer. Este acesso pode ser dar através do estímulo à participação das pessoas portadoras de deficiência nas atividades culturais desenvolvidas no seu bairro ou mediante a adequação física de casas de espetáculos, cinemas, teatros, museus, bibliotecas, estádios, clubes e outras áreas de recreação.

Por essas razões, para que o portador de deficiência possa sair de casa e chegar ao estabelecimento de saúde, à escola ou à faculdade, ao seu trabalho e às outras atividades culturais ou de lazer, o acesso deve ser complementado pela acessibilidade nas ruas e nos espaços da cidade, bem como nos meios de transporte.

As pessoas portadoras de deficiência precisam progressivamente, de maior inserção nas instâncias políticas, exercitar cada vez mais a democracia participativa, como instrumento irrenunciável na efetivação da cidadania viva e real no cotidiano de todos.

Portanto, se faz necessárias campanhas de sensibilização, com efeito, educativo na sociedade, fazendo parte do planejamento, aliadas às intervenções que eliminem a barreira discriminatória em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Muito embora esta conscientização tenha avançado, as pessoas portadoras de deficiência física ainda estão longe de haver conquistado a equiparação de oportunidades e seu grau de inclusão na sociedade brasileira ainda não é satisfatório, fazendo com que o problema continue a ser grande.

Deve haver uma prática maior de inclusão social, que deve ser baseada na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa e na convivência dentro da diversidade humana.

Enfim, no dia 11 de outubro foi comemorado o Dia Nacional

das Pessoas Portadoras de Deficiência Física, que somente desejam uma coisa de nós, da sociedade: oportunidade e tratamento igual, bem como necessitam também de ter uma identidade reconhecida e romper com uma tradição que as segregava, uma sociedade que as marginaliza e exclui. Estas pessoas devem ser, sobretudo, portadoras de direitos humanos. Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Dr. Wellington Melo, Presidente da APAE.

Dr. WELLINGTON MELO (Presidente da APAE) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh Gouveia, a quem agradecemos pela apresentação do Requerimento para que esta Sessão Solene fosse realizada, Senhores Presidentes de associações de portadores de necessidades especiais e associados dessas instituições, gostaria inicialmente de me solidarizar com as pessoas portadoras de deficiência física, que dia 11 de outubro comemoram seu dia nacional. Quero me associar a elas, como Presidente de uma instituição de portadores de deficiência mental, na busca da cidadania, nesse momento em que a Assembléia Legislativa nos permite participar desta Sessão Solene, para conhecer o trabalho que vem sendo feito por essas instituições. Já tive oportunidade de falar aqui, particularmente sobre a instituição a qual eu dirijo, mas agora quero defender também a causa dos portadores de deficiência física, os quais buscam principalmente, contar com a sensibilidade das pessoas sob todos os aspectos.

Lamentavelmente, ontem, não tive oportunidade de participar do seminário através de uma teleconferência no Interlegis, pois estava trabalhando em um evento que tem como objetivo angariar recursos financeiros para a nossa instituição, o mesmo acontecerá no próximo dia 29 de outubro.

Diariamente eu assisto a TV – Câmara e pude ver alguns debate ocorridos naquele seminário. E quero, nesse momento, mais uma vez, me solidarizar com os companheiros da Associação Riobranquense de Deficientes Físicos que aqui vem trazer sua causa. Nós da APAE estaremos sempre ao lado de todos esses companheiros com necessidades especiais, como o deficiente visual, o deficiente auditivo e o deficiente físico. Quero me solidarizar, mais uma vez, com esses companheiros.

(Sem correção do orador)

Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Edilson Nogueira, representante da APAEQ.

Senhor EDILSON NOGUEIRA (Representante da APAEQ) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este é um momento muito especial para todos nós que estamos aqui presentes. Inclusive, era um sonho meu participar de uma Sessão nesta Assembléia Legislativa. Quando eu fiz o 2º ano, do Ensino Médio, no SEJA, eu cheguei até a me inscrever para participar do Projeto “Deputado Por Um Dia”; hoje fui convidado e quero parabenizar a minha amiga e Deputada Naluh Gouveia por essa iniciativa.

Senhoras e Senhores representantes das entidades, acredito que para todos que encontram-se aqui presente, este seja um momento muito especial, mas gostaria de me ater a dois assuntos bastante polêmico nessa sociedade. A primeira questão é com relação ao aumento da passagem de ônibus. Eu acho um absurdo que muitos representantes deste Estado, na última manifestação que houve posicionaram-se diante da televisão dizendo que aquilo foi um palanque eleitoreiro e que algumas pessoas estavam querendo se aproveitar da ocasião.

Temos conhecimento que para os outros Estados do Brasil, as pessoas sempre dizem que o transporte público de Rio Branco é uma maravilha. Isso não é verdade, inclusive, todos os ônibus das empresas de transportes coletivos de nossa cidade, que vieram apropriados para transportar o deficiente físico, já foram desativados. Então, eu não conheço na cidade, um ônibus que tenha o mecanismo hidráulico, para puxar a cadeira do deficiente físico para dentro do ônibus. Está em fase de teste dois micro ônibus. Olhem só que absurdo! Colocarem somente dois micro ônibus preparados para atender pessoas portadoras de deficiência física.

Eu acredito que Rio Branco seja um dos lugares com mais projetos pilotos que eu já tenha visto, pois, vez por outra, nos deparamos com projeto tal, mas ninguém vê alguém cobrar a eficácia desses serviços. Aqui, fala-se muito em políticas públicas voltadas para a causa das

pessoas que dependem desses serviços, no entanto, percebemos que estes, muitas vezes, não têm continuidade.

Eu acredito que todas as políticas públicas que forem implantadas, não devem ser políticas de Governo, mas sim políticas voltadas para o bem estar de todos, sem cor partidária. E cabe aos Senhores Deputados cobrarem esse serviço, para que se tornem políticas de Estado, porque o Governo pode sair, mas o Estado e as pessoas com deficiências ficam e dependem desse serviço.

Gostaria de aproveitar este espaço para informar que a minha entidade não é exatamente de portadores de deficiência física, mas é muito carente da sociedade, é a APAEQ do Acre. Muitas vezes nós ainda presenciamos pessoas fazendo observações desagradáveis aos dependentes químicos dizendo: “olha que falta de vergonha! Está aí bebendo e a família está em casa passando fome”. Mas Senhores, a APAEQ está desde 1995 prestando serviço à sociedade acreana no campo da dependência química e somente há dois anos o Hospital de Base implantou uma ala de desintoxicação. Veja bem o descaso com essa causa tão pertinente na nossa sociedade. Mas, ainda bem que alguém teve a idéia de dizer: vamos fazer alguma coisa para ajudar essas pessoas. Então, eu acredito que os Senhores Deputados devem olhar com mais atenção para que as ações sejam executadas neste Estado, no sentido de fiscalizar para que essas políticas se transformem realmente em política de Estado.

Quero informar aos Senhores Deputados que acontecerá um evento da 3ª idade no SESC, dia 6 de novembro, com várias atividades e a APAEQ estará envolvida neste evento. Haverá um bingão e onde a cartela custará R\$ 5,00 e um quilo de alimento, e esse alimento vai para nossa entidade. Então, eu gostaria de contar com o apoio de todos os Senhores aqui presentes.

(Sem revisão do orador)

Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Kennedy Afonso, representante da SECIAS.

Senhor KENNEDY AFONSO (Representante da SECIAS) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhores do Salão do Povo, a Secretaria de Cidadania, em 2003, na segunda gestão do Governo Jorge Viana, implantou a Gerência de Ações para atender idosos e pessoas com deficiências. Temos nos preocupados em dar mais atenção à pessoa idosa, do que propriamente às pessoas com deficiência. Essa é uma falha nossa e assumimos.

No inicio deste mês, nós estivemos participando de um Seminário Internacional de Acessibilidade e Inclusão e também da competência da Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica – ICOPEC, na cidade de Natal, onde a discussão foi justamente a respeito de algum tipo de deficiência. Constatou-se ali que no Brasil existem muitas Leis, porém precisamos pô-las em prática. Nós temos a Lei 10.048 e a 10.098, de 2000, que ainda não foram postas em prática. Veio o Decreto 5296, de dezembro de 2004, que também não foi posto em prática na sua totalidade.

Quero agradecer e ao mesmo tempo homenagear a Deputada Naluh Gouveia, nossa companheira de luta.

Só para vocês terem uma idéia, quando me refiro que as Leis não estão sendo cumpridas, quero dar um exemplo. Embora a sessão de hoje seja direcionada ao deficiente físico, se estivesse presente um deficiente auditivo, ele não saberia o que estamos falando aqui. Então, temos que, urgentemente, passarmos a respeitar a legislação existente, porque entendemos que Democracia é o governo do povo, para o povo, e não uma parte do povo, para todo povo. Então, enquanto Poder Público, devemos por em prática o que já existe na Legislação, garantindo o direito de ir e vir, tanto do andante quanto do cadeirante. Temos que dar o direito de escutar, tanto para o ouvinte como para o deficiente auditivo; o direito de ver, tanto para nós que somos videntes, quanto para os deficientes visuais. Isso infelizmente falta muito para se avançar.

Hoje temos alguma coisa na área da Saúde, Educação, como a questão da inclusão. Nós temos na Fumbesa, o núcleo de reabilitação baseado na comunidade, que atende na área de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.

Nós precisamos, na realidade, que o Poder Público, o Poder Legislativo se incorpore a essas atividades, porque nós não vamos para frente sem orçamento. Infelizmente, até o voluntariado precisa de orçamento para por em prática os seus programas. Nós também, enquanto Governo, precisamos ter orçamento destinado para essa área. Com muita dificuldade nós já distribuímos só esse ano, cerca de 50 (cinquenta) cadeiras de rodas, alguns pares de muletas, mas isso é muito pouco diante da necessidade que se tem, mas se Deus quiser, até o final do ano, teremos a nossa oficina de cadeira de rodas, funcionando para que possamos baixar o preço garantindo esse direito às pessoas.

Nós precisamos avançar, portanto, queremos convidar os Senhores Deputados a conhecerem o núcleo de reabilitação, para verem de perto as nossas necessidades. Nós precisamos de contratação de pessoal, pois os nossos funcionários ainda trabalham com uma situação um pouco insegura, por isso precisamos efetivar esses profissionais. Temos planos de começar a fazer parte do Programa Saúde Itinerante a partir do ano que vem, para chegar até o interior do Estado com o trabalho de fisioterapia e terapia ocupacional, que ainda não existe. Então, pelo menos, durante o período que durar o Programa de Saúde Itinerante, daremos algum tipo de assistência.

Então, nós precisamos avançar e aí nós pedimos o apoio de todos porque o nosso Estado ainda não tem o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Na Secretaria de Cidadania já temos um anteprojeto pronto, vamos agora convidar todas as entidades que trabalham com pessoas que têm algum tipo de deficiência, para que possamos nos reunir para que não seja feito uma legislação de cima para baixo.

Pedimos portanto, o apoio da Assembléia, no sentido da aprovação do mesmo, só a aprovação da Lei, pela Lei, pois para esta funcionar tem que ter um fundo, tem que estar no orçamento, para que as pessoas possam por em prática.

Precisamos também ampliar o trabalho, tanto do núcleo de reabilitação, quanto da educação especial e também o pessoal da saúde. Queremos, realmente, olhar para a pessoa com deficiência, com respeito, com dignidade, entendendo o que eles fazem parte da nossa sociedade. A Assembléia Legislativa ainda garante acesso ao cadeirante, mas se formos à Câmara Municipal, ou em diversos órgãos públicos federais, municipais ou estaduais o acesso é complicado. Então, precisamos avançar. A legislação existe, só precisamos pô-la em prática.

Para encerrar, quero mais uma vez, parabenizar a Deputada Naluh Gouveia pela iniciativa e a todos os Deputados, mas gostaria de parabenizar, principalmente, os guerreiros, homens e mulheres de todos as associações e às pessoas portadores de deficiência, seja ela física, visual, auditiva ou mental. Esses são verdadeiros guerreiros. Nós precisamos estar unidos, enquanto poder público, enquanto sociedade civil, para que possamos realmente deixar de lado as bandeiras políticas, as cores partidárias e que possamos fazer gestão de uma forma organizada, visando principalmente aquele cidadão que precisa de atenção. Nós devemos e temos que tratar as diferenças de maneira igual.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra a Senhora Cristina Soares, Presidenta da Associação dos Ostomizados do Estado do Acre .

Senhora **CRISTINA SOARES** (Presidenta da AOEAC - Associação dos Ostomizados do Estado do Acre) - Bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus co-irmãos Presidentes das Entidades, com os quais vivemos na luta para conseguir os nossos direitos. Temos as leis, como bem falaram, mas precisamos estar cutucando, para que elas sejam implantadas. Ostomizadas são aquelas pessoas que fazem suas necessidades fisiológicas através de uma abertura no abdômen, por isso precisam usar uma bolsa coletora.

Promotora Gilcely, a luta da nossa associação era conseguir bolsas coletoras de qualidade, porque utilizávamos um saco plástico, literalmente. Eu, graças a Deus, utilizo uma bolsa e tenho uma vida normal. Muitas pessoas tiraram a vida porque não conseguiram conviver com esse problema, ou seja, não podiam controlar a saída de fezes e de urina, por não terem uma bolsa coletora.

Nós viemos para cá há uns quatro anos e, graças a Deus, conseguimos bolsas para todos os pacientes. A Dona Nazaré, lá da Fundação, conhece nossas necessidades e sabe que precisamos da bolsa para vivermos dignamente como qualquer outro cidadão.

A nossa entidade é filiada à sociedade brasileira dos Ostomizados que tem sua sede lá em Fortaleza, e está completando vinte anos de luta pela nossa classe. E outra conquista que tivemos foi a aprovação, no final deste ano, do decreto 5.296, que considera deficiente físico os Ostomizados. Precisamos ter mais carinho por essa classe, saber como estão vivendo, quais são as maiores dificuldades.

Gostaria de agradecer a todos pela participação e pela oportunidade de estar aqui. Estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento, muito obrigada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Raimundo Correia, representante da ADERF.

Senhor RAIMUNDO CORREIA (Representante da ADERF) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, sou representante da Associação dos Deficientes Físicos de Rio Branco e quero agradecer a Deputada Naluh Gouveia por ter nos concedido essa oportunidade, para que pudéssemos cobrar das autoridades aqui presentes, o direito de ir e vir, que é um direito de qualquer cidadão.

Hoje, deveríamos estar comemorando, mas a maioria das pessoas que nos representam, nos dão as costas. Estão aqui somente cinco Deputados, quando poderíamos contar com a presença de vinte e quatro. Portanto, Senhores Deputados, essa questão é nossa, mas V. Exas. deveriam abraçá-la também.

Hoje, são 25 milhões de pessoas, no Brasil, que possuem algum tipo de deficiência. Atualmente todo grupo familiar, sem exceção alguma, já conviveu ou convive com uma pessoa que tem algum tipo de dificuldade especial. Sendo assim, todos devem olhar ao seu lado e ver uma pessoa que precisa de algum apoio e não de ajuda, porque nós não precisamos de ajuda de ninguém e sim de apoio. Se nós tivermos esse suporte, vestiremos a camisa da Aderf, a nossa camisa de luta e daí, conseguiremos ter dignidade, começando com o apoio da Deputada Naluh Gouveia que nos trouxe aqui, para mostrar-nos que precisamos cobrar das autoridades aquilo que já é Lei, e as leis não devem ficar só no papel, devem ser colocadas em prática.

Temos um Estatuto desde o ano de 2003, que garante direitos relacionados à escola, ao trabalho, aos órgãos públicos, às vias públicas e, nenhum desses direitos estão sendo colocadas em prática. Hoje, Rio Branco é uma das piores capitais do País, em relação a acesso ao deficiente físico. Estamos observando que a cidade está sendo reconstruída, porém, sequer, atentam para as necessidades do deficiente, deixando espaços reservados aos cadeirantes. As pessoas que hoje trabalha a problemática social, como por exemplo o representante da Secias, nos dizem que devemos olhar com outros olhos para os velhinhos, porém esquecem que são vinte e cinco milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência física. Eu quero colocar em poucas palavras o seguinte:

Senador Flávio,

O Estado do Acre é uns dos piores, no que diz respeito ao tráfego oferecido aos deficientes físicos, embora já tenha sido feito algo; falta acesso em vias públicas, estacionamentos para deficientes físicos; acesso para cadeira de rodas em prédios tanto públicos, como privados; e por último gostaríamos de pedir o apoio do Senado, para que um Estado pobre como o Acre, vislumbre o sonho de ter uma fábrica de cadeiras de rodas. Conseguimos, através de uma emenda parlamentar, os recursos para esta fábrica, mas por conta da burocracia fiscal, passados mais de um ano, a mesma ainda não começou a operar. Aproveito esta tese conferencial, para perguntar se há possibilidade de treinar duas pessoas portadoras de deficiência para atual nessa fábrica, pois estamos tendo dificuldades em promover a inclusão social e cultural, principalmente das pessoas portadoras de necessidades auditivas.

Em decorrência da capacitação de professores para as línguas brasileiras de sinais e espaço democrático, nas casas do povo, cem por cento da população já viveu ou vive próximo a um portador de deficiência. É necessário o cumprimento das leis; a qualificação dos profissionais para podermos nos inserir na sociedade, através do mercado de trabalho. Pedimos que haja desenvolvimento de ações conjuntas do Estado e da

sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração das pessoas portadoras de deficiência no contexto socioeconômico e cultural; o estabelecimento de mecanismo, e instrumentos legais e operacionais que assegurem as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, contidos na Constituição Federal, o respeito à pessoa portadora de deficiência, a quem deve ser assegurada igualdade de oportunidades na sociedade. Temos direito à Igualdade e Liberdade e por isso, peço o apoio do Senado para que esses direitos sejam usufruídos de fato.

Nós só queremos isso, Senhores Deputados, e eu gostaria de deixar claro o seguinte: eu trabalho na oficina ortopédica e há mais de um ano se fala sobre a instalação de uma fábrica de cadeiras de rodas em Rio Branco. A instalação dessa fábrica tem sido algo muito difícil, por conta da burocracia. As pessoas que deveriam agilizar esse processo estão “empurrando com a barriga”, não sei até quando. Eu acho que a Assembléia tem o direito, como representante dessa população, de intervir nesse contexto e ver por que essa demora. O convênio foi liberado, o dinheiro está no cofre do Estado, então, por qual motivo não fazer esse convênio com a associação? E por que tanta burocracia quando é algo que vai beneficiar as pessoas que precisam? Então, essa fábrica vem beneficiar não só os deficientes físicos; são várias as patologias que causam a deficiência física. Acho que se os Deputados se empenharem um pouco mais, não só esses que estão aqui, mas aqueles que estão em casa e que com certeza saberão o que estamos falando, a construção dessa fábrica terá início daqui para dezembro, ou no início do ano que vem, o que eu acho muito difícil.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Rosenildo Alves, Diretor-Presidente da ARDEF.

Senhor ROSENILDO ALVES (Diretor-Presidente da ARDEF) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, sinto-me contemplado, aqui, em falar do Presidente da APAE e mais contemplado ainda, com as palavras proferidas pelo nosso diretor fiscal, Raimundo Correia, quando coloca que hoje, nesta Casa, é realizado um encontro especial com 24 Deputados, para abraçar a causa dos portadores de necessidades especiais.

A cidade, hoje, está desestruturada, não só para os deficientes físicos, mas para os visuais, auditivos e os ostomizadas, ou seja, para as pessoas que têm a sua mobilidade reduzida, incluindo-se aí as gestantes e os idosos. Observei que alguns Deputados, que deveriam estar aqui no plenário, não estão porque foram pescar, foi o que me disseram quando eu cheguei aqui. Outros estão tomando café e a minoria está nos ouvindo.

Portanto, o nosso apelo é para que todos se solidarizem conosco, para que possamos abraçar esta causa justa. Devemos ter dignidade para sermos reconhecidos como cidadãos de bem, que fazem parte da sociedade, não como um empecilho como muitos colocam, de maneira alguma. Nós somos pessoas iguais a todos as outras. Agora, não é porque o Senhor Decreci, que é o nosso vice-presidente está numa cadeira de rodas, é inferior a uma pessoa que possui total mobilidade. Se a sua mente está ilesa, ele é capaz de fazer tudo quanto lhe for oportunizado. Basta que reconheçamos que somos cidadãos, que não somos coitados, mas que precisamos sim, de atenção, de cuidados especiais.

Ali na Câmara Municipal, no dia onze, nós reivindicamos dos Senhores Vereadores que as leis municipais, que estão sendo elaboradas e as que já foram sancionadas pelo Senhor Prefeito, sejam realmente cumpridas porque nós temos em todo o perímetro central da capital, cinco vagas para carros de pessoas portadoras de deficiência, quando hoje, a nossa população de deficientes físicos chega a mais de mil e quinhentas pessoas. Nós estamos tentando angariar recursos para que possamos fazer um levantamento e saber quantos nós realmente somos; onde estamos e de que maneira estamos espalhados na grande Rio Branco e no interior do nosso Estado.

Quando o Senhor Kennedy fala que foram distribuídos cinqüenta cadeiras de rodas neste ano, ficamos tristes porque sabemos que a população de cadeirantes é de três vezes mais. Ali no Belo Jardim nós temos um deficiente que é parapléxico ao qual fiz uma visita nesta semana e ele estava deitado em um colchão de espuma, porque seu colchão d'água furou e sua cadeira de rodas não presta mais. Essa cadeira de rodas, diga-se de passagem, foi obtida através de um encaminhamento que fizemos a um Deputado que não se faz presente nesta Casa, que é o vice-Presidente deste Poder, o Senhor Helder Paiva, ao qual fizemos

esse pedido e depois de seis longos meses foi que ele veio ter a sensibilidade de doar essa cadeira e sabe por que? Porque volta e meia nós cobrávamos do Deputado.

Encaminhamos um documento para esse Deputado, o qual eu estou mencionando, pedindo a ele que fosse viabilizado o nome da associação nas emendas que são apresentadas nesta Casa todo final de ano, no valor de cinqüenta mil reais, que são distribuídos entre as associações, às entidades que prestam algum serviço à comunidade. O documento foi encaminhado em 2003, e esse Deputado não teve a consideração de enviar um ofício nos dando alguma satisfação. S. Ex^a poderia dizer que, infelizmente, não seria possível naquele ano, mas que tentaria viabilizar para o ano seguinte, mas até hoje, a associação está esperando a resposta desse Deputado. Procuramos também outros Deputados que não deram atenção à nossa entidade. No entanto, a Deputada Naluh Gouveia, pelo segundo ano consecutivo, solicitou essa Sessão Solene, para que nós possamos vir a esta Casa pedir apoio.

Perdoem-me o volume da minha voz e o desabafo que eu estou fazendo, mas é porque a Associação de Deficiente Físicos, ou as pessoas que portam alguma necessidade especial estão esquecidas. Para vocês terem uma idéia, a Dr^a. Gilcely, no começo do ano, baixou uma Portaria recomendando que os prédios públicos e os privados se adequassem às necessidades dos portadores de deficiências físicas, como eu, o Edileudo e o Delci. Não seria necessário a Dr^a Gilcely fazer essa recomendação se a lei fosse cumprida. Existe uma lei que diz que os prédios devem ser totalmente adequados ao deficientes físicos, às pessoas que têm a mobilidade reduzida.

Nós estamos trabalhando, juntamente com o CREA num projeto que parece inacessível. É inadmissível, é um absurdo continuarmos do jeito que estamos. A nossa cidade não é mais tão pequena Senhores, ela cresceu e o número de pessoas que portam algum tipo de deficiência também está crescendo; seja por pessoas que já nasceram com deficiência física ou por um acidente de trânsito, ou outro tipo de acidente qualquer. Essas pessoas não pediram para ser deficientes.

Então, o que nós estamos pedindo aqui é a atenção especial dos Senhores. Nós estamos pedindo socorro a cada um dos que aqui estão e que são nossos representantes. V. Ex^as devem fazer com que essa Lei seja cumprida, porque eu sozinho não posso fazer nada, agora se os Senhores, Deputados Estaduais, abraçarem essa causa e derem as mãos às Entidades que trabalham com pessoas que portam algum tipo de necessidade especial, com certeza, teremos êxito. Não a curto prazo, é uma coisa a longo prazo, mas daqui a uns três ou quatro anos nós estaremos aqui parabenizando todos pelo apoio, pelo empenho que tiveram para com esta causa.

Mas, agora, neste momento, nós não temos muito o que comemorar no dia do deficiente físico, aliás temos sim, a brava luta da Associação, dos Senhores que portam algum tipo de deficiência física, ou necessidade especial e que não deixam que lhes tirem os seus direitos, batem na porta de quem de direito, pedindo socorro, pedindo para que sejam reconhecidos como cidadãos.

Em 2003, recebemos uma promessa do dono da Empresa Real Norte de que empregaria 60 pessoas com deficiência física e até hoje, dos deficientes que nós encaminhamos, ele não contratou um sequer.

Com relação à nossa fábrica de cadeiras de rodas nós temos aqui o Izaías, da Saúde, acompanhado de uma Senhora também de lá. Foi publicada uma matéria no jornal O Rio Branco, na sexta-feira, a qual afirmava que eu teria dito que o Senador Tião Viana estava enganando a Associação com promessas de implantar essa fábrica de cadeiras de rodas. Liguei para o editor-Chefe do jornal, pedindo direito de resposta porque não falei aquilo em momento algum e me foi negado esse direito. Nós estaremos encaminhando um documento para que esse direito de resposta nos seja concedido porque através do Senador Tião Viana, nós conseguimos a construção do prédio onde funcionará a fábrica, o dinheiro para a compra do material, de algumas cadeiras de rodas para serem distribuídas, maquinário e o treinamento do pessoal está alocado sim, na conta da Secretaria de Saúde, a qual está aguardando há mais de 20 dias um Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

Não entendo essa demora, uma vez que, como o Raimundinho disse, essa fábrica beneficiará os deficientes físicos, as pessoas do Mohan, Senhores e Senhoras de idade que não têm mais condições de andar, a população carente. Portanto, estamos aguardando esse Parecer, para que a nossa fábrica funcione a contento e venhamos a realmente, dar ao deficiente físico aquilo que ele precisa: o direito de ir e vir; doando-lhe aparelhos que auxiliam na sua locomoção.

Para encerrar quero dizer que encaminhamos a esta Casa, no ano de 2003, um documento pedindo para que fosse viabilizado um contrato de prestação de serviços, entre a Associação e a Assembléia Legislativa para que deficientes físicos pudessem trabalhar neste Poder. Lá na Eletroacre nós somos oito deficientes físicos; três no quadro de funcionários e cinco como prestadores de serviço. Mas na Assembléia, o que nós recebemos foi um tremendo de um não, porque disseram que já havia muitas firmas prestando serviço aqui, mas tentaremos novamente, encaminhar outro documento, certo? Nós estamos reivindicando direitos, não estamos pedindo esmolas, nós não estamos pedindo além do que os Senhores podem nos oferecer, através da legislação vigente.

Quero dizer, mais uma vez, que sou grato à Deputada Naluh, aos Senhores Presidentes de associações, aos Senhores que se encontram aqui, nessa manhã, para debatermos sobre esta questão. Será feito um documento encaminhado a este Poder, para que nós possamos tomar as providências, para que tudo aquilo que nós estamos reivindicando realmente receba a atenção dos Senhores Deputados.

Muito Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputada NALUH GOUVEIA (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, solicito à Mesa Diretora que faça um documento à Procuradoria, com a assinatura dos 24 Deputados, para sabermos por que está demorando tanto para dar o Parecer com relação a fábrica de cadeiras de rodas.

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Deputada Naluh, o seu pedido será repassado à Secretaria geral da Casa, com a palavra o Senhor Barbosa, representante do Mohan.

Senhor BARBOSA (Representante do Mohan) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos. Eu não sou representante do Mohan, sou apenas membro. Eu me sinto revoltado, porque eu queria que a sociedade em geral nos enxergasse de forma diferente, pois quando eu entro nos ônibus, com esses defeitos, com a perna amputada, eu percebo como as pessoas me olham.

A mente não tem deficiência, e eu gostaria que a sociedade visse isso, respeitasse as pessoas que têm deficiência, não só do Mohan, mas os vários tipos de deficiências. Que respeitasse as velhinhos, que muitas vezes viajam nos ônibus quase meia hora em pé e ninguém cede uma cadeira.

Feliz aquele que fica velho ou é deficiente, mas consegue andar, como eu, que tenho uma perna amputada, mas estou feliz da vida por estar andando para cima e para baixo. Graças a Deus.

Eu queria que a sociedade em geral enxergasse isso, mas principalmente, os estudantes do nosso Estado, por isso as escolas deveriam ensinar aos alunos como tratar um deficiente, uma pessoa de sessenta e cinco anos que, muitas vezes, andam em pé dentro dos ônibus e os alunos não se levantam para dar-lhes a cadeira. Isso me deixa revoltado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Manoel Lima, Presidente da CUT.

Senhor MANOEL LIMA (Presidente da CUT do Estado do Acre) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de dar o meu bom dia a todos os presentes e dizer que vim aqui reiterar o meu posicionamento diante do empenho da Deputada Naluh Gouveia, que é companheira e professora. Juntos aprendemos que a falta de solidariedade e de compromisso de que tem o poder de resolver é muito grande, pois, já participei de vários debates e encontros e observei isso. Então, não quero aqui, repetir as palavras de alguns representantes, que com muita propriedade falaram sobre o orçamento, para entidade a ou b. As discussões foram bastante acaloradas, mas na hora em que o debate deixa de ser solidário, como já foi colocado aqui, fica muito difícil.

Como Presidente da CUT, quero dizer que dentro da classe dos trabalhadores, existem vários companheiros que são deficientes e que nem assim são inferiores. O tio da minha filha teve as duas pernas amputadas. Na verdade, talvez até por um processo de esquecimento, o Governo, assim como outras autoridades deste Estado, não olham com

mais carinho e responsabilidade para a classe dos deficientes físicos. Muitos deles não têm condições de se locomover e acabam ficando obesos e é assim que está, hoje, o tio da minha filha; ele trabalhava na roça, mas a partir do momento que perdeu as duas pernas, começou a engordar e já teve dois infartos. Ele engordou tanto que não está conseguindo inclusive, ficar na cadeira de rodas, que lhe foi doada.

Então, na minha opinião, tudo o que foi dito aqui é muito importante. mas é hora de todos, principalmente, a Deputada Naluh Gouveia, começarmos a exigir uma ação mais correta do Executivo, porque como bem disse aqui o meu colega, só pedir ou ficar implorando não vai resolver nada. Nós temos é que exigir. Esse é o termo mais correto.

O que nós víamos, era os Senhores sozinhos, discutindo ou puxando um debate com outros grupos com os quais tinham objetivos em comum, mas hoje não, todos aqui tem um objetivo maior. A CUT, associações, instituições e Parlamentares, juntos num mesmo caminho. E acredito que só teremos autonomia e liberdade na hora em que impormos a nossa autoridade. Então, nós não estamos pedindo favor, nós estamos exigindo que os Senhores Deputados se empenhem nessa luta.

Parabenizo todos os presentes, principalmente, a Deputada Naluh Gouveia, para tentar mostrar aos demais Parlamentares, exigindo poder público, a coisa acontece. Tudo isso é como uma disputa política, pois estamos falando aqui de políticas públicas, e se esta Casa, que eu não tenho dúvida, por tudo que eu tenho acompanhado, se empenhar com certeza, tudo dará certo. Pois, muitas ações que eu nem imaginava que poderiam acontecer aqui, quando este Poder determina, cobra, acontecem.

A Deputada Naluh Gouveia estava me colocando, há pouco, que existem aqui vários Requerimentos aprovados, mas que ainda não foram cumpridos. O que está faltando é o empenho de alguém com mais autoridade, para que sejam, de fato, atendidos. E a Assembléia Legislativa tem um papel fundamental neste processo de articulação. E no que depender das entidades não governamentais e de todos os que falaram aqui, acredito que todos serão solidários à essa classe. Esperamos que ela seja mais respeitada e não encarem como se os portadores de necessidades especiais estivessem implorando por alguma coisa, mas que sejam respeitados e encaminhados de acordo com o direito de cada um. Ser herói é ter a dimensão do que é enfrentar essas dificuldades diante do que foi exposto aqui. Então, o que está faltando é empenho e eu espero que a partir desse momento, os Senhores Deputados, resolvam encaminhar o que já foi decidido e continuem a luta, para que juntos busquemos mais conquistas.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Deputado Pe. Valmir Figueiredo.

Deputado PE. VALMIR FIGUEREDO (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, irmãos aqui presentes, bom dia a todos. Eu fiquei sensibilizado com a presença desses irmãos aqui. Um deles fez um desabafo muito correto dos seus sentimentos, contemplando a todos. Fiquei feliz por ver alguém falar tão bem e acho que ele deveria ser um Parlamentar, para defender as causas desses irmãos. Com certeza terá muitos votos. Não mude de idéia se você chegar aqui. Abrace essa causa e terá muito êxito, embora seja difícil amigo. Exercer um mandato aqui dentro é difícil. Mas você pode conseguir, porque o poder da mente, do coração vai proteger você. Falar com a alma, com o coração, sem orgulho, sem prepotência é muito forte. A prepotência destrói aquilo que é sagrado no ser humano. Então, exija os direitos sem vaidade, sem achar que você é o maior. Isso vale para qualquer pessoa, inclusive para mim.

Há alguns meses nós fizemos uma pesquisa sobre as crianças que ficam pelas ruas guardando carros. Na ocasião, nós contamos mais de 400 carros estacionados diariamente. Então, eu pensei que poderíamos implantar, aqui, um programa que está dando resultados positivos em uma cidade chamada Friburgo no Rio de Janeiro. Lá, as entidades filantrópicas são responsáveis por arrecadar todo o dinheiro dos carros estacionados e esses valores são rateados entre elas.

Por isso eu sugeri que esse trabalho fosse legalizado aqui também e o dinheiro fosse repartido entre as entidades. Mas naquele momento houve um movimento, depois parou e ficou no que está. Mas os Diretores, Presidentes de entidades podem encampar essa luta, pois será um dinheiro que vocês disporão todos os dias para sanar as necessidades elementares de suas entidades.

Outra sugestão que quero dar é a realização de uma feira anual, como acontece no rio de Janeiro, onde existe o Banco da Solidariedade. Anualmente, todas as entidades participam dessa feira que dura uma semana e arrecada-se bastante. Esse dinheiro é distribuído entre entidades.

Existem muitos meios da população contribuir para o bem-estar dos mais necessitados. Essa é uma forma sem burocracia e que chega rápido às entidades. Então, essas iniciativas são muito importante para que vocês possam ter o apoio do povo. Muitas pessoas têm vontade de ajudar quando vêem algo dessa natureza sendo realizado, inclusive de fora do País.

Portanto, eu percebo que a Deputada Naluh, assim como todos nós aqui da Assembléia, quer ajudar, mas seria muito bom vocês pensarem também, em algo que não fosse só do Estado ou da Prefeitura, mas que envolvesse a comunidade, para que os ajudasse de maneira mais rápida. Eu acredito que é uma iniciativa muito boa.

Para encerrar eu quero manifestar aqui o meu respeito e consideração a todos vocês, e dizer que fiquei muito feliz, porque os conheci melhor. Isso é importante. A sua vinda aqui jamais será inútil, embora, às vezes, não tenha aquela resposta imediata. Mas é assim mesmo, esperem, repitam, cobrem, mas nunca desistam, não pensem que é inútil, não se desesperem, porque vocês vão alcançar os seus objetivos. À paciência é muito importante. Nunca percam a esperança. Continuem cobrando, vindo aqui, exigindo, porque alguma coisa sempre fica.

Fica então, o meu respeito à Deputada Naluh Gouveia, porque ela tem sensibilidade, e suas palavras, atitudes e ações alcançam todo Estado, e mais uma vez, ela me surpreendeu com as suas presenças nesta Casa.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Deputado Roberto Filho.

Deputado **ROBERTO FILHO** (PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, colegas aqui presentes, sejam bem-vindos a esta Casa, que é a Casa do povo. Aqui é o lugar de falarmos tudo o que sentimos. Minha mãe sempre dizia o seguinte: “atrás de um pobre sempre corre um bicho”. E eu não sabia que bicho era esse, mas os bichos são as autoridades mesmo. Tudo aquilo que você faz para facilitar a vida dos deficientes, aparece alguém para impedir. Todo mundo sabe disso aqui. Essa fábrica de cadeira de rodas era para estar funcionando há muito tempo. Não era para ninguém estar aqui pedindo nada disso.

Eu quero até falar para o Senhor Rozenildo, não estou aqui acusando ou defendendo o Deputado Helder Paiva, porque todo mundo o conhece. O nobre Parlamentar é um homem da igreja, que faz favor todos os dias aqui no nosso Estado e eu tenho certeza que se ele demorou para entregar essa cadeira, é porque apareceram outras coisas para ele resolver. Digo isso, porque moro no conjunto Esperança e, praticamente, quase todos os meses eu dou uma cadeira de rodas, um colchão de água, faço o que posso. Mas não é obrigação dos Deputados, seria da Secretaria de Saúde, da Ação Social ajudar quem necessita.

Senhor Presidente, eu me lembro quando o Deputado Fernando Melo era diretor de trânsito, eu fui lá conversar com ele e preocupado com todas essas classes, disse-me: Roberto, dá para você contribuir com o Educandário? Eu disse: sem dúvida nenhuma, não tem problema. Ele disse: é descontado na folha de pagamento. Ele até andava com o documento pronto, só fiz assinar. São descontados dez reais e isso não vai me deixar pobre não? Depois essa Casa fez uma reunião e decidiu ajudar a APAE. Creio que todos os Deputados autorizaram o desconto de cinqüenta reais, o que é um prazer podermos ajudar essas instituições. E eu quero deixar bem claro que eu moro no Conjunto Esperança, perto da APAE. Quero comunicar ainda, que estou comprando um micro ônibus e vou pedir, já de público, a autorização do Dr. Wellington, para guardar esse veículo lá na APAE, até porque quando precisarem ele estará à disposição daquelas pessoas.

Eu gostaria que todas as autoridades, os empresários, dessem essa contribuição que os Deputados dão. Vocês têm razão em estar reivindicando melhorias, todos fazem a mesma reclamação. Se a classe de Deputados não tomar uma medida em defesa de vocês, a tendência é piorar. Mas é como eu acabei de falar, atrás de um pobre corre um bicho.

Para vocês terem uma idéia eu fui condenado a três anos, porque estava dando comida aos pobres. A Juíza não perdoou e me condenou a três anos. Se eu tivesse roubando do Governo, ela não teria me condenado. Hoje, eu sofro por causa disso. Mas estou calado. Eu acho que é a primeira vez que estou falando, em público, desse assunto.

Então, tudo que é para facilitar a vida de quem necessita, aparece alguém para impedir. Eu tenho prazer em morar perto da APAE e dos deficientes visuais. E quero dizer que qualquer classe que precisar de mim, estarei à disposição e se alguém estiver com problemas; dentro das minhas possibilidades, tentarei ajudar. Não dá para eu comprar 10,12 cadeiras de rodas, mas 2, são viáveis. Compro na Dental Rio Branco, por R\$ 250,00.

Enquanto eu estiver em pé, vou fazendo a minha parte em defesa dos mais humildes.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra a Senhora Cláudia D'Epaolli, representante da Secretaria de Educação.

Senhora **CLÁUDIA D'EPAOLLI** (Representante da Secretaria de Educação) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia a todos, obrigada Deputada Naluh por convidar as instituições que trabalham e defendem esta causa dos portadores especiais.

Eu sou Cláudia, represento a Secretaria Estadual e Municipal de Educação. Trabalho diretamente com a inclusão educacional, com alunos que apresentam qualquer tipo de deficiência, na faixa etária de escolarização de 7 a 14 anos. Temos o CADV, que é o Centro de Apoio ao Deficiente Visual e Intelectual. Hoje, não se fala mais deficiente mental e sim portadores especiais. No CADV são atendidas crianças a partir do nascimento. Na verdade, nós trabalhamos mais com a inclusão. Em 2004, a Escola do Deficiente Visual fechou e os alunos foram incluídos nas escolas regulares. Com isso queremos que todos os alunos, independente de suas condições físicas, emocionais, intelectuais, linguísticas tenham realmente o direito de serem incluídos em escolas regulares. Por isso nós estamos trabalhando nas capacitações.

Ouvi reclamações de alunos dizendo que as pessoas não respeitam os lugares, destinados às pessoas especiais nos ônibus. Realmente, isso é uma realidade. Não só os alunos reclamam dessa prática, mas a população em geral também. Temos que ter a sensibilidade e o respeito, pela diferenças um dos outros. E estamos realizando esse trabalho com as escolas. A Secretaria de Educação oferece, todos os anos, cinqüenta e dois tipos de capacitação em todo o Estado. Este ano nós conseguimos atingir todos os municípios para trabalhar a linguagem dos portadores de deficiência. Esses cursos são oferecidos justamente para que os professores possam mudar um pouco sua prática pedagógica, porque o professor realmente, ainda, na maioria dos casos, está utilizando o método tradicional, ou seja, no final do semestre, aplica-se uma prova e quem apresenta boas condições ganha dez, se não, está fora. O que queremos é que os professores conheçam melhor os seus alunos, sua individualidade, suas dificuldades e limitações, para que possam realmente planejar uma aula que possa contemplar todas as necessidades dos alunos, a fim de que eles possam realmente ser incluídos na sociedade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, motoras, e linguística.

Nós temos, hoje, em Rio Branco 21 intérpretes para atender alunos surdos. Então, onde existem alunos surdos, nós temos intérpretes para mediar a comunicação entre o professor e o aluno. Temos também professores intérpretes no interior do Estado e também professores itinerantes. São trinta professores itinerantes que atendem cinqüenta e quatro escolas aqui em Rio Branco.

Temos, hoje, no Estado do Acre mil quinhentos e trinta alunos com deficiência, incluídos nas escolas. É um número pequeno se comparado ao número de crianças que possuem deficiência, mas nós devemos pensar que o processo de inclusão iniciou-se há cinco anos.

No ano de 2000 iniciamos o processo com 80 crianças, hoje temos 1.530. Queremos pedir aos pais que têm filhos com deficiência que procurem as escolas próximas as suas residências e matriculem seus filhos. Procurem também as Secretarias Municipal ou Estadual, para que seu filho tenha um acompanhamento com aulas complementares, num outro horário. Então, os alunos incluídos, em um período, estudam na

escola regular e em um outro horário, eles têm reforço, têm curso de libra, de Braile, de Sorobã, de orientação, mobilidade e cursos complementares as dificuldades que apresentam.

Eu gostaria de ler uma frase bem pequena, simples, mas que cada um pudesse refletir sobre isso: "Que a questão fundamental é a atitude. Se é algo que você deseja fazer, você começa a procurar meios de conseguir-lo. Se é algo que você não deseja fazer, você começa a procurar desculpas para não fazê-lo". Quando nós queremos fazer alguma coisa, ninguém nos pára. Vamos para frente; agora, quando a causa não nos interessa, como é o caso agora, dos deficientes físicos, encontra-se qualquer desculpa. Fundamentalmente se não mudarmos, a nossa atitude, não conseguiremos evoluir.

Lei nós temos muitas, a principal delas, é a 10.098 e hoje em Rio Branco existem construções de edifícios, lojas que sequer têm rampa de acesso. Eu coloco simplesmente um exemplo, no ano retrasado quando a loja Agroboi foi construída na Estação Experimental, na inauguração, eu vi que não havia rampa de acesso. Eu me dirigi ao gerente e ele falou que no projeto original constava. Cadê a instituição que fiscaliza? Foi cobrado e depois de algum tempo foi construída uma rampinha lá no cantinho. Eu fui de novo na Agroboi e o gerente me falou: Dona Cláudia, eu fiz a rampa, gostou?

Eu simplesmente falei, o Senhor só cumpriu o seu dever. Mas acho que depende realmente de cada um de nós e que não custa nada dizermos: muito obrigada. Está na lei e depende de cada um de nós, realmente, mudarmos a nossa atitude para que na nossa sociedade realmente haja uma inclusão social.

Realizaremos um Seminário no final do ano e eu gostaria que todas as associações que trabalham em defesa das pessoas com deficiência, pudessem participar. Nós vamos convidar pessoas de fora para abordar justamente sensibilidade, não essa questão de que devemos ter, não só no sentido do bem-estar físico, mas também para inclusão social. Então, eu gostaria que realmente não fosse só as entidades em defesa dessa causa que olhassem essa questão, mas que cada um de nós pensássemos um pouco qual o nosso papel a respeito da situação do deficiente no Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Deputado Fernando Melo.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, boa tarde, quero parabenizar em especial a Deputada Naluh Gouveia e os demais Deputados presentes nesta Sessão por essa iniciativa que nos possibilitou estarmos aqui, conversando sobre esse problema grave que aflige a nossa sociedade.

Eu gostaria de fazer uma preliminar no meu discurso e dizer o que representa esta Casa: a Casa da Democracia. Portanto, esta é uma Casa que tem o seu Regimento, as suas regras estabelecidas e foi aberta uma sessão especial para recebemos aqui, neste dia importante, a classe dos deficientes, pessoas com necessidades especiais. Ouvi atentamente as críticas de V. Sas. aos Deputados. Eu não estou aqui para defendê-los, mas para fazer uma justificativa, até pelo aspecto da própria Democracia. Por exemplo, acusar os Deputados ausentes de estarem pescando, para mim foi uma ação discriminatória, eu tenho certeza de que alguns Deputados, que estão ausentes nessa Sessão, não é por estarem pescando. Eu até critico essa questão de pescaria, mas uma coisa é a pessoa dizer que ela está pescando, outra coisa é dizer que outra pessoa está pescando. Portanto, eu fiquei sentido com essa acusação. Eu não sou pescador, não

tenho esse hábito, mas respeito quem gosta de fazer isso. Porém, o Presidente dessa Casa veio aqui no início da Sessão e está em outras atividades, assim como outros Deputados. Eu tenho certeza que os outros Deputados estão participando de outras ações importantes como esta. O Deputado Polanco, que é o Secretário Administrativo desta Casa, está aqui, trabalhando. Estamos aqui numa representatividade, num respeito à essa causa.

Eu vi companheiros de vocês se retirarem da Sessão por problemas pessoais, e eu não vou criticá-los.

O companheiro Deputado Roberto Filho citou uma coisa importante no seu discurso e que deve ser uma bandeira do movimento. Penso que a problemática de vocês, tem que ser uma ação de Estado e não uma ação de Governo, porque no dia que isso acontecer, não vai mais ser necessário o Presidente da associação vir aqui solicitar uma cadeira de rodas para um deficiente físico. Eu não estou autorizado, mas quero fazer aqui neste momento a defesa do deputado Helder Paiva, porque eu sei que ele é uma pessoa muito comprometida com as causas sociais. É uma pessoa da igreja, que ajuda muito quem precisa. Seja em qualquer situação.

Quero falar sobre a situação política que está sendo discutida hoje, no Brasil. A consequência dela, a violência tem trazido muita destruição e tristeza. Muitas pessoas foram vítimas dessas violências, principalmente no trânsito. Esse é um dos grandes problemas que temos na nação. São 200 mortes violentas no Brasil diariamente. Imaginem Senhores, quantos acidentes têm vítimas fatais, pessoas que poderiam estar aqui, contando a história, como é o caso de muitos de vocês, deficientes, que pertencem a essa categoria.

Então, nós temos que refletir sobre isso. Será que não precisamos que essa causa vire realmente uma questão de Estado e não uma questão de Governo? Porque enquanto um Governo tem a sensibilidade e outro não tem. Na quinta-feira passada eu estive na Escola Joafrá Ribeiro Amed, em Epitaciolândia. Fui lá falar sobre o referendo, e lá, encontrei um aluno com necessidades especiais que está terminando o 2º grau, o Emerson, que é deficiente visual. Os professores falaram que ele é um excelente aluno, mas é uma exceção, porque realmente o Estado não lhe dá as condições para que ele estude. Ele estuda com os equipamentos em braile em casa, recursos da própria família, pois segundo a direção da escola informou, lá não há equipamentos nesse sentido.

A escola dá um tratamento especial para ele, mas com certeza, se a Lei que foi aprovada nesta Casa, estivesse em vigor, ele teria muito mais condições; não só ele, como as outras pessoas que, apesar das suas necessidades especiais, podem estudar e ser pessoas que contribuem com a nossa sociedade.

Eu quero aqui me solidarizar, pois sou sensível a essa categoria. Como falou o Deputado Roberto Filho, eu sou presidente de uma associação que cuida de crianças. Ajudo outras instituições da forma que posso, e quero me colocar à disposição de todos vocês.

Quando eu era Secretário de Segurança, estivemos na direção do Presídio, onde até lançamos a pedra fundamental para construirmos uma fábrica de cadeiras de rodas, que hoje está sendo reclamada. Nós tínhamos a idéia de montar lá, depois o próprio movimento achou que não seria o local adequado, e isso acabou atrasando a instalação da fábrica. Mas existe uma atenção do Senador Tião Viana em contribuir com essa fábrica de cadeiras de rodas, para resolvemos esse problema aqui do Estado do Acre, ou pelo menos amenizar. Acho que o movimento tem que trabalhar para que as pessoas que sofrem com suas deficiências, tenham uma melhor qualidade de vida. No entanto, também devemos ser

ativos e trabalhar para que outras pessoas não venham a ser acometidas desses problemas causados por armas de fogo e o trânsito, que, diariamente, colocam novas pessoas nessas condições. Eu acho que essa seria uma bandeira muito importante para o movimento.

Quero me colcoar à disposição, como Parlamentar, como membro deste Poder, que é importante para o funcionamento da nossa sociedade. É só esse Poder abrir um espaço para estarmos aqui discutindo fraternalmente, democraticamente, uma situação que, com certeza, mereceria sim ser um problema atacado pelo Estado e não pelos Governos. Governos vêm e vão. O importante é que o Estado seja constante nessa ação de combate, para dar condições para que as pessoas que estão com problemas tenham melhores condições de vida, e ao mesmo tempo trabalhar para que novas pessoas não venham ter essas deficiências,

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de dizer que em razão do adiantado da hora, todos nós já estamos amplamente abastecidos com os fatos, os discursos e com algumas opiniões com as quais concordamos ou não. Mas peço, encarecidamente, a V. Exas. que mesmo em razão do cansaço, me ouçam, por não mais de três minutos.

Certamente se os Senhores e as Senhoras aqui presentes fossem abordados hoje, por um pesquisador do Instituto de pesquisa e o mesmo perguntassem o que vocês acham do Poder Legislativo, a resposta não seria diferente da maioria da população brasileira, pois cerca de 90% diria que o Poder Legislativo não serve para nada. Mas por que as pessoas acham isso? Porque o Poder Legislativo é diariamente, permanentemente, vigiado pela população e em nenhum outro órgão ou instituição se encontra tanta democracia como aqui. Nenhum de nós tem a liberdade de chegar no prédio do Ministério Público, por exemplo, para cobrar porque o promotor tal faltou ao trabalho para pescar. Até gostaríamos de fazê-lo, mas isso não acontece. Ninguém vai ao Tribunal de Justiça e pergunta quanto ganha um Desembargador, qual é a verba do seu gabinete, quanto ele recebe e quanto gasta. Mas aqui isso é fato e contribui com a democracia. Aqui nós temos debates acirrados, duros, mas isso não impede que eu me sente ao lado da Deputada Naluh para tomar água, ao lado do Deputado Fernando para tomar café; ao lado do Deputado Juarez, porque é um local onde a democracia é realmente exercida.

Nós ouvimos aqui o querido Presidente da Associação Mohan criticar o Deputado Helder Paiva e eu não quero entrar no mérito da promessa que ele fez, do compromisso que ele assumiu e porque ele demorou a entregar a cadeira de rodas, mas as críticas deveriam ser feitas àqueles que têm realmente obrigação, recebem os impostos e possuem recursos do orçamento para fazerem doações dessa natureza, mas não o fazem, nem mesmo demorando.

Quando o Deputado Fernando Melo era diretor do Detran fiz um pedido a ele, dos poucos que eu fiz ao Governo, em nome da população acreana, para que alugasse uma Kombi para o CADV e ele alugou, pagou, porém quando saiu do Detran, o contrato foi rescindido. O pedido não era para mim, mas para o CADV, pois tenho uma irmã, a Ana Cristina que é deficiente auditiva e visual e sei as carências que essas associações possuem.

A população exige muito dos Deputados com relação a essa questão do orçamento do Estado, falo com o conhecimento de quem foi a pessoa que mais discutiu isto aqui, dentro da Assembléia Legislativa,

juntamente com os Deputados da primeira legislatura. Todos os anos, nós apresentamos emendas, que são destinadas para algum órgão e apesar do valor ser pequeno, destino o que me cabe ao meu município, Tarauacá. É algo em torno de uns cinquenta mil reais e, atendendo um pedido da Igreja São Peregrino, destinei uma parte para lá, também.

A Deputada Naluh divide o valor que lhe cabe entre a escola de música Musicalizar, o CADV, a Santa Casa e o Lar dos Vicentinos. Nós fazemos a nossa parte, agora, nós não temos o poder de liberar o orçamento. Nós não temos o poder de chegar lá no Secretário da Fazenda e Planejamento e obrigá-lo a liberar para a APAE ou qualquer outra entidade que depende desta verba. Enquanto procurarmos resolver os problemas dos nossos movimentos, das nossas entidades representativas com a caridade de algumas pessoas, não vamos chegar a lugar nenhum. Nós temos que transformar esses movimentos, organizações e entidades como atores principais dos programas de Governo para que o mesmo dê a cada um o quinhão que consta no orçamento. Todos os Deputados têm feito discussões aqui intermináveis com relação ao orçamento, principalmente a Deputada Naluh. Nós não executamos o orçamento, nós aprovamos, essa é a grande diferença.

Eu estava lendo o Diário Oficial e constatei que algumas coisas realmente têm que ser cobradas por nós e pela sociedade.

No mês passado o valor da gasolina e do óleo diesel aumentou 8% e aqui eu estou vendo os reajustes do Governo do Estado, que é quem gerencia os nossos orçamentos. Vejam bem, os combustíveis tiveram reajustes de 8%, eu estou falando de um dos itens mais consumidos no Estado do Acre, onde cada centavo representa, ao final, uma fortuna. Esse contrato foi ajustado em 12%. Imaginem vocês o que representa 4% no total de combustível consumido pelo Estado? Esse outro foi reajustado em 15%. Ou seja, o combustível aumentou 8%, mas no aditivo contratual, o Governo celebrou por 15%; isto está no Diário Oficial de hoje.

Já imaginou o que seria 1% do consumo, revertido para entidades como APAE, o Mohan para o CADV, para o Lar dos Vicentinos, para a Colônia Souza Araújo? Então, temos que fazer esta cobrança. Agora muitas vezes não temos oportunidade de cobrar a quem de direito, mas aqui, nesta Casa é permitido. Nós, Parlamentares, temos que nos organizar juntamente com os cidadãos e os movimentos sociais, para fazermos valer nossos direitos, porque só assim as coisas vão evoluir.

Eu também sou um dos que contribuem e nem sabia, meu querido Presidente, que eu era um contribuinte da APAE. Foi até bom terem me incluído, mas é pena que não resolvemos os problemas da APAE. Só iremos resolver os problemas da APAE, da Associação dos Deficientes Físicos, do Mohan e de outros quando tivermos uma política de governo, uma política social com orçamento garantido, por menor que seja. Não estou aqui fazendo pregação, dizendo que o Governo tem todos os recursos em quantidades suficientes para suprir todas as necessidades, mas é preciso fazer algo, principalmente pela economia do Estado. Constantemente dou a cadeira de rodas, mas enquanto eu dou uma cadeira faltam mil e essa quantidade nós não podemos dar.

A APAE precisa muito mais do que aquilo que é cedido, nós precisamos também entender que as obras feitas de coração, são ótimas e bem vindas, mas não vão resolver os problemas dessas entidades. Então, eu gostaria de pedir desculpas a vocês por ter me alongado, mas não gostaria de sair daqui sem deixar registrada a minha opinião sobre esse assunto. Muito obrigado, boa tarde a todos e fiquem com Deus.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**DELORGEM CAMPOS**) – Com a palavra o Senhor Isaias.

Senhor ISAIAS - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, membros das associações, demais presentes, boa tarde, gostaria de prestar alguns esclarecimentos em nome da Secretaria de Estado de Saúde, a respeito dos investimentos que estão sendo feitos em atenção as pessoas portadores de necessidades especiais.

Em 2004 foram celebrados dois convênios: o Estado celebrou um com a União Federal, com vista a implantação da fábrica de cadeira de rodas. Os recursos foram liberados no final do ano e o projeto inicial previa a construção da estrutura física, a compra de equipamentos e alguns insumos para iniciar a fabricação das cadeiras de rodas.

No entanto, o Ministério não aprovou a parte de estrutura física e o Estado então celebrou um outro convênio com a associação, que recebeu os recursos para a construção da área física, que hoje está pronta e aguardando as demais etapas, que é a aquisição dos equipamentos e também a capacitação dos técnicos e trabalhadores que irão desenvolver aquelas atividades com vistas a fabricação das cadeiras de rodas, próteses e muletas. Não são apenas cadeiras de rodas, mas também outros materiais de reabilitação.

Então, esses dois convênios foram aportados no orçamento geral da União através de emendas do Senador Tião Viana, que é um Parlamentar preocupado com esta questão de saúde e tudo que ele pode fazer para melhorar a questão da saúde ele tem feito. Lamento, pois muitas vezes a burocracia empeerra para que os resultados cheguem até aqueles que precisam do setor saúde.

Paralelo a isso já foi firmado um outro convênio para restruturação da oficina ortopédica onde o Estado já desenvolve ações no sentido de fabricar alguns materiais de reabilitação e esses equipamentos já estão sendo entregues aos deficientes físicos.

A Secretaria de Saúde, como foi dito aqui, encaminhou um ofício à Procuradoria do Estado pedindo orientação, fazendo uma consulta jurídica, no sentido de estabelecer, através de um termo de convênio, uma parceria com a associação e Secretaria de Saúde visando estabelecer as normas de como serão produzidos e distribuídos esses bens. Nesse sentido, um servidor da Secretaria, o Raimundo, já foi discutir, preliminarmente, com a gerência de uma fábrica lá fora e algumas coisas já estão sendo encaminhada, no sentido de se formar uma parceria, de apoio tecnológico para a fábrica.

Então, seriam esses esclarecimentos e nós também fazemos uma meia culpa em relação ao retardado início das atividades da fábrica, mas é devida alguns passos que têm que se fazer até chegar à implantação de fato da fábrica de cadeiras de rodas.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (DELORGEM CAMPOS) – Com a palavra o Deputado José Luis.

Deputado JOSÉ LUIS (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais pessoas que se encontram no salão do povo como o Julinho. Quero dizer a ele que a nossa discussão é no campo político, no campo das idéias, pois amizade é outra coisa.

Na realidade, o tempo está curto, mas eu gostaria de falar a respeito dos deficientes físicos, inclusive, o Raimundo que é deficiente físico, trabalha no nosso gabinete há mais de 30 dias. Eu e os funcionários do nosso gabinete estamos muito felizes com ele. Parece que a nossa alma se purifica. No Gabinete da Deputada Naluh também existe um funcionário deficiente. Acredito que depois da conversa que tive com os outros Deputados, tenho certeza absoluta que mais Parlamentares vão seguir esse exemplo, pois é da Assembléia que ele têm que partir.

Gostaria de dizer que fiquei chateado por não termos tido a oportunidade de debater a respeito do Referendo sobre a proibição ou não da venda de armas e munição. O Deputado Fernando Melo é a favor e eu sou contra. De acordo com o que foi divulgado pela Imprensa estão sendo gastos quinhentos milhões na realização do mesmo, no entanto, se esses recursos fossem usados em benefício dos deficientes físicos seria mais proveitoso. Então, gasta-se dinheiro com coisas que não vão levar a nada no meu entendimento. Eu acho que ao invés desse Referendo outras coisas deveriam ser feitos em prol da população.

Desde que entrei nesta Casa, em 2003, tenho feito minhas emendas. Gostaria de dizer para o Rosenildo que a primeira emenda que fiz, referia-se aos deficientes, no valor de quatro mil reais. Gostaria de saber se essa emenda foi cumprida ou não. Também são de minha autoria emendas que beneficiam a APAE, os doadores de sangue, os portadores de hepatite e a Pasama. Já em 2004 também apresentei emendas que favorecem os portadores de hepatite, a APAE os doadores de sangue, o Lar dos Vicentinos, a Igreja São Peregrino, os deficientes físicos e as creches municipais, porém já procurei meus Pares nos entido de encontrarmos uma solução para a questão das emendas, já que um Deputado Estadual tem direito a apenas cinquenta mil reais e, às vezes, ainda não são cumpridas, enquanto um Deputado Federal tem direito a três milhões e meio em Emendas.

Então, temos que discutir esses valores, porque eu não acredito que a solução seja doar uma cadeira de rodas ou um colchão. Temos é que nos unir, Assembléia, Governo e sociedade, para tentarmos achar uma solução.

É bonito chegar aqui e fazer discursos, o que na prática não funcionam. Então, quero dizer para vocês que quero coloar o meu humilde gabinete à disposição de todos, para me somar à causa maior.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (DELORGEM CAMPOS) – Antes de encerrarmos a Sessão, gostaria de fazer um esclarecimento aos presentes, pois tínhamos um teto para Emenda Parlamentar de 30 mil reais. Agora, no ano passado, passou para 50 mil. Todos os Parlamentares, indistintamente, têm se preocupado com os problemas da sociedade, a prova é tanto que nós temos informação de que em épocas passadas não tínhamos essa liberdade de conversar com todos. Temos tido o carinho, o cuidado de receber todos os seguimentos da sociedade.

Agora, para a lei ser cumprida, ela depende de pressão popular ou de força judicial. Nós sozinhos não temos como fazer com que entre em vigor, quem tem que fiscalizar, como citou aqui a representante da Educação, são os órgãos fiscalizadores.

E eu quero informar que mesmo tendo a Lei 10.098, aqui, no Acre, nós temos as Leis 1.625, de 10 de janeiro de 2005 e a 1.609, que obrigam a implantação do Sistema Brasileiro de Sinais aos portadores de deficiência autiva. Porém não se vê isso em funcionamento no Estado. Então, juntos, temos que fazer com que isso funcione, até porque existe uma lei maior, que é a Lei Federal. Agora não cabe aos Deputados forçarmos para que ela seja cumprida. Esse trabalho deve ser feito por todos.

Agradecemos aqui, em nome da Mesa Diretora e de todos Deputados, a presença dos nossos convidados e estamos a disposição de todos vocês. Esperamos estar contribuindo para que possam usufruir dos direitos que lhes são peculiares.

Encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações prestadas nos processos administrativos nº 1.223/2005 E 1224/2005, estando os mesmos instruídos de acordo com as normas em vigor e o preço compatível com os praticados no mercado, a MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, HOMOLOGA, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, relativa ao Convite nº 013/2005, que classificou as empresas PREMIER - COM. E SERVIÇOS LTDA, ganhadora dos itens 1, 2, 6, 7 e 8, para os quais apresentou proposta de menor preço, totalizando R\$19.263,00(dezenove mil, duzentos e sessenta e três reais); PORTOMAQ COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, ganhadora do item 9, no valor de R\$140,00(cento e quarenta reais); e ACRESOFT INFORMÁTICA LTDA, ganhadora dos itens 3 e 4, somando o valor de R\$4.266,00(quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), para fornecer equipamentos de informática para esta Assembleia Legislativa.

Rio Branco, 06 de outubro de 2005.

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

Deputado MOÍSES DINIZ
2º Secretário

Deputado RONALD POLANCO.
1º Secretário

Ata da 74ª Sessão Ordinária Deliberativa da Tercera Sessão Legislativa da Décima Primitiva Legislatura.

Realizada em 18 de outubro 2005.

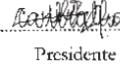
Presidência: Deputado Sérgio Oliveira
Secretaria: Deputado Delorgem Campos

Às doze horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado Sérgio Oliveira, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado Delorgem Campos, Secretário, em exercício, presentes os Deputados Fernando Melo, Juarez Lcitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Ronald Polanco, do Partido dos Trabalhadores - PT; José Luis, do Bloco Popular Mobilizador - BPM; Chagas Romão e Hélio Lopes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; José Vieira, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Tarcisio Medeiros e Nogueira Lima, do Partido Popular Socialista - PPS; Dinha Carvalho, do Partido Liberal - PL; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista - PDT; e José Bestene, do Partido Progressista - PP; ausentes os Deputados Francisco Viga, Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Antonia Sales, Luis Gonzaga, Helder Paiva e Roberto Filho, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O Expediente constou de: Ofício n. 6/GBDMD/2005, da Chefe de Gabinete do Deputado Moisés Diniz, Leila Guiomar Marques, informando que o referido Deputado estará em Brasília nos dias 18, 19 e 20 do corrente, participando do XI Congresso Nacional do PC do B; GABJU-OF n. 369/2005, da Juíza de Direito Substituta, da Vara de Delitos Tóxicos e Acidentes de Trânsito da Comarca de Rio Branco, Maha Kouzi Manassi e Manassi, solicitando providências no sentido de que o Estado, através da Defensoria Pública, preste Assistência Judiciária aos necessitados, a contento, pois o número reduzido de membros daquela Instituição acarreta retardamento na prestação jurisdicional; Ofício n. 180/2005-CHG, da Chefe de Cartório da 1ª Zona Eleitoral, Graciela Maria Souza Passos Gonçaga, encaminhando a folha de ponto da servidora Maria Zenaidé D'ávila de Paula, do quadro deste órgão, ora prestando serviço naquele Juízo, referente ao mês de setembro de 2005; Carta, do Advogado, Ronald Polanco Ribeiro, solicitando inscrição para seleção ao preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE/AC; Carta, do Economista e Advogado, Antonio Costa Santos, solicitando inscrição para seleção ao preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE/AC; Mensagem n. 761/2005, do Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 101/2005, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei n. 103/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual "Institui o Programa Educação no Hospital e adota outras providências"; Projeto de Lei n. 104/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual "Determina a inclusão, no acervo das

Bibliotecas Públicas do Estado do Acre, as obras literárias dos escritores acreanos e dá outras providências"; Indicação n. 166/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando que seja encaminhado ao Governador do Estado do Acre, Anteprojeto de Lei que "Institui o Exército Verde no âmbito do Estado do Acre". Aberto o Pequeno Expediente, usaram da palavra os Deputados, Naluh Gouveia, do PT; Luiz Calixto, Líder do PT; Dinha Carvalho, do PL; Delorgem Campos, do PSB; e Fernando Melo, do PT. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, passou a direção dos trabalhos a Deputada Dinha Carvalho. Aberto o Grande Expediente, usaram da palavra os Deputados Tarcisio Medeiros, Líder do PPS; Sérgio Oliveira, do BPM, que foi apartado pelos Deputados José Vieira e Nogueira Lima; Chagas Romão, Líder do PMDB; Luiz Calixto, Líder do PDT; e José Bestene, Líder do PP. Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 168/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando à Mesa Diretora, que o Grandes Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de outubro (quinta-feira), seja designado para receber o novo Provedor da Santa Casa de Misericórdia e entidades afins. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. A Senhora Presidenta, Dinha Carvalho, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 169/2005, de autoria do Deputado José Luis, solicitando à Mesa Diretora, que encaminhe expediente ao Excentíssimo Senhor Governador do Estado, para que junto a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável - SEPLANS, preste as seguintes informações: 1. Estado de Funcionamento das Usinas de beneficiamento de Castanha nos Municípios de Xapuri e Brasília; 2. Dados estatísticos sobre a produção e comercialização de castanha dessas Usinas; 3. Qual a modalidade de funcionamento das Usinas (associação, cooperativas) e qual a participação do Estado do Acre, no empreendimento e, 4. Quantidade e promoção de geração de emprego e distribuição de renda na região (Xapuri e Brasília), referente à produção e beneficiamento de castanha. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. A Senhora Presidenta, Dinha Carvalho, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 170/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando à Mesa Diretora que envie o presente Requerimento ao Excentíssimo Senador Tião Viana a fim de que este ajude a diretoria do SINTHAC a reabrir o gabinete odontológico, ou, se possível, adquirir um outro com o pessoal necessário para atendimento aos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre. Em discussão, não houve oradores. A Senhora Presidenta, Dinha Carvalho, comunicou a Deputada Naluh Gouveia que o seu Requerimento foi deferido. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 171/2005, de autoria do Deputado José Luis, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Excentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA e Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, no prazo regimental, preste as seguintes informações: 1. Cópia do relatório da Consulta Pública para a criação da Unidade de Conservação do "Lago do Amapá", ocorrida no dia 05 de setembro de 2005, na Escola Estadual Ruy Azevedo - Estrada do Amapá Km 05 - Rua do Curgel Km 01. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 (quatorze) votos. A Senhora Presidenta, Dinha Carvalho, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 173/2005, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Secretário de Estado de Educação, vice-Governador Arnóbio Marques, convidando-o para comparecer a esta Casa, em prazo regimental, com o objetivo de prestar esclarecimento a cerca do plano de cargos e salários dos servidores da educação, face ao ato público promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre - SINTHAC, reivindicando isonomia salarial. Em Questão de Ordem, a Deputada Naluh Gouveia fez um apelo ao Deputado Delorgem, para que incluisse nesse Requerimento, a participação da APL e do SINTHAC. A Senhora Presidenta, Dinha Carvalho, comunicou a Deputada Naluh Gouveia que o objetivo do Requerimento é convocar apenas o Secretário. Em discussão, não houve oradores. Em votação foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta Dinha Carvalho, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Em Questão de Ordem, a Deputada Naluh Gouveia, falou que encaminhou este ano, à Mesa Diretora uma relação com os participantes do Projeto do Deputado José Luis, Tribuna Popular, nominando as respectivas pessoas, os respectivos meses e temas e até agora só foi realizado um encontro, que foi com a Elza, do SINTHAC. E entre esses temas, há um sobre isonomia, então como estava o

andamento desse Projeto. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou a Deputada Naluh Gouveia que a Mesa Diretora estava tomando as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 174/2005**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe o presente Requerimento à Comissão Permanente de Licitação – CPI, a fim de que seja enviado a esta Deputada cópia da folha de pagamento da estrutura administrativa, incluindo cargos comissionados do referido órgão, contendo as seguintes informações: 1. Número de cargos comissionados; 2. Tipos de cargos comissionados; 3. Valor de cada cargo comissionado e 4. Valor total gasto em cargos comissionados. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 175/2005**, de autoria do Deputado **Chagas Romão**, requerendo à Mesa Diretora que encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que em face dos acontecimentos que levaram a decretar situação de emergência nos municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira, o Governo indenize as famílias de produtores rurais que tiveram perdas e prejuízos, em sua propriedades, ocasionadas pelos focos de incêndio, entre os dia 01 a 20, de setembro, do ano em curso, que atingiram os municípios de nosso Estado. Em discussão, usou da palavra o Deputado **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi aparteado pelo Deputado Luiz Calixto. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 176/2005**, de autoria do Deputado **Tarcísio Medeiros**, solicitando à Mesa Diretora cópia de todos os pronunciamentos proférados pelos Senhores Deputados, no Pequeno Expediente, da 73ª Sessão Ordinária, realizada em 13 de outubro de 2005. Em discussão, não houve oradores. A Senhora Presidente, **Dinha Carvalho**, informou ao Deputado Tarcísio Medeiros que seu Requerimento foi deferido. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 172/2005**, de autoria do Deputado **Luiz Calixto**, solicitando à Mesa Diretora a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar, com profundidade, as possíveis irregularidades ocorridas no Sistema de Tratamento Fora do Domicílio – TFD e as outras unidades da Federação. Em discussão, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Nogueira Lima**, do PPS; **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Juarez Leitão**, Líder do PT; **Naluh Gouveia**, do PT; Em **Questão de Ordem**, o Deputado Luiz Calixto, esclareceu que o objetivo da CPI é investigar, com profundidade as possíveis irregularidades ocorridas no Sistema de Tratamento Fora do Domicílio – TFD; as falhas no atendimento das pessoas deslocadas para atendimento em outras unidades da Federação e a existência de organizações paralelas. Frisou ainda, que não estavam discutindo concessão de passagens e sim todos os problemas do TFD. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, falou que o problema é exatamente o foco dessa CPI, porque em momento algum, a Comissão entra na questão da alimentação, da hospedagem e principalmente da aplicação da Portaria 55 do Ministério da Saúde. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, falou que deveriam respeitar o direito democrático e livre das pessoas votarem da forma que bem lhe aprouver, frisou ainda que estavam discutindo falhas no atendimento, não só a comida ou passagem, mas um conjunto de problemas que fiziam, inclusive, com que a Deputada **Naluh Gouveia** denuncie, constantemente. Dando continuidade usaram da palavra os Deputados, **Sérgio Oliveira**, do BPM; **José Vieira**, do PSDB; **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS; **Hélio Lopes**, do PMDB, que foi aparteado pelo Deputado **Chagas Romão**; **José Luis**, que foi aparteado pelo Deputado **Luiz Calixto**. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Tarcísio Medeiros**, solicitou que a votação fosse nominal, para ficar registrado quem votou a favor ou contra. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, acatou a Questão de Ordem do Deputado Tarcísio Medeiros. O Senhor Secretário procedeu à chamada para a votação, na seguinte ordem: Partido dos Trabalhadores – PT, Deputados: **Fernando Melo** – não; **Juarez Leitão** – não; **Naluh Gouveia** – não; **Pe. Valmir Figueiredo** – não e **Ronald Polanco** – não. Bloco Popular Mobilizador – BPM, Deputados: **Sérgio Oliveira** – não e **José Luis** – não. Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Deputados: **Chagas Romão** – sim e **Hélio Lopes** – sim. Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Deputado: **José Vieira** – sim. Partido Popular Socialista – PPS, Deputados: **Tarcísio Medeiros** – sim e **Nogueira Lima** – sim. Partido Socialista Brasileiro – PSB, Deputado: **Delorgem Campos** – não. Partido Liberal – PL, Deputada: **Dinha Carvalho** – não. Partido Democrático Trabalhista – PDT, Deputado:

Luiz Calixto – sim. A Senhora Presidenta **Dinha Carvalho**, informou que o resultado da votação foi o seguinte: 9 (nove) votos contra, 6 (seis) a favor. Face o resultado da votação o Requerimento foi rejeitado. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, falou que se todos tiverem de acordo, amanhã, às 11 horas, a Secretaria, juntamente com a equipe do TFD viriam a esta Casa, prestar esclarecimentos, acerca dessas denúncias. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, concordou com a posição da Deputada **Naluh Gouveia** e lamentou que quando um Deputado aprova um Requerimento, subscrito por todos os Parlamentares, a Mesa Diretora não toma uma providência sequer. Disse também que a Mesa Diretora não poderia se submeter à humilhação, ao constrangimento de Secretários viram aqui ou não, de acordo com as suas consciências ou então deveria se fechar esta Assembléia Legislativa e digam ao povo que ela não presta, absolutamente, para nada. Falou ainda que não estavam condenando ninguém antecipadamente, estavam apenas querendo exercer os seus direitos. Ressaltou que o pedido de CPI foi rejeitado, a maioria dos Deputados assim se pronunciou, então não teriam o que investigar. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Sérgio Oliveira**, falou que para ele ficou bem claro que ninguém quer esclarecer nada, estavam apenas querendo aparecer. Falou ainda que a Deputada **Naluh Gouveia** deu uma grande demonstração de que, realmente, quer resolver esse problema e essa seria a oportunidade de receberem aqui os representantes da Secretaria de Saúde. Ressaltou ainda que quem quer abandonar o Poder que faça. Informou que amanhã teriam a oportunidade de conversar com a Secretaria de Saúde e membros do TFD e esclarecer todas essas denúncias. E, falou que a demonstração dada pelo Deputado **Luiz Calixto** foi de quem não quer resolver a situação do TFD. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Tarcísio Medeiros**, citou o nome dos Parlamentares que votaram contra o pedido de investigação, são eles: **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueiredo**, **Ronald Polanco**, **Sérgio Oliveira**, **José Luis** e **Delorgem Campos**, salientou ainda que a Oposição está apenas querendo fazer o seu trabalho, falou ainda que dessa maneira estão abrindo mão do que tem direito, regimentalmente, constitucionalmente e que, infelizmente, existem Deputados que emperram o trabalho da Assembléia, ressaltou que no Congresso só existem três CPIs funcionando e aqui na Casa, passado oito anos do Governador Jorge Viana, não se aprovou nenhuma CPI. Aberta a **Explicação Pessoal**, usou da palavra a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT. E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às treze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, **Maria Aparecida Jardim Radíque**, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

1º Secretário


2º Secretário

Ata da 75ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 19 de outubro 2005.

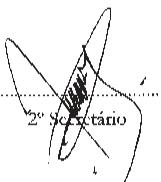
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueiredo**, **Ronald Polanco** e **Francisco Viga**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Elson Santiago** e **José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros** e **Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; ausentes os Deputados **Edvaldo Magalhães**, **Moisés Diniz**, **Antonia Sales**, **Hélio Lopes**, **Luis Gonzaga**, **Helder Paiva** e **Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente** constou de: **Ofício n. 978/2005 – GIDUR/RB**, da Supervisora de Operações – em exercício, da Caixa Econômica

Federal, Gerencia de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Senhora Eliana Tomaz de Assis, notificando a liberação de recursos financeiros em 04/10/2005, no valor de R\$ 1.064.446,27 (um milhão, sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), destinados a esse Estado do Acre, referente à parcela do Contrato n. 120.158-27-00, assinado em 10/08/2000, Programa PRONURB, Modalidade Abastecimento de Água. **Projeto de Lei n. 105/2005**, de autoria da Deputada **Dinha Carvalho**, o qual "Cria regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal"; **Projeto de Lei n. 106/2005**, de autoria do Deputado **Tarcisio Medeiros**, o qual "Institui o Programa Paz na Escola". **Indicação n. 167/2005**, de autoria do Deputado **José Luís**, solicitando que seja encaminhado ao Governador do Estado do Acre, para junto a Secretaria de Obras Públicas - SLOP e Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DERACRE, inclua no cronograma de ações, o ramal da Copiaba, localizado na BR-364 - Município de Bujari, para recuperação e levantamento do aterro, rasagem, reformas de pontes e construção de bueiros, preservando o escoamento da produção e a trafegabilidade de estudantes, agricultores e demais moradores. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados, **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Naluh Gouveia**, do PT. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, passou a presidência dos trabalhos para o Deputado Ronald Polanco. A seguir usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, do PPS; **Delorgem Campos**, do PSB; **Chagas Romão**, Líder do PMDB e **Juarez Leitão**, Líder do PT. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Juarez Leitão**, Líder do PT, que foi aparteado pelo Deputado **Luiz Calixto**; **Chagas Romão**, Líder do PMDB e **Tarcisio Medeiros**, Líder do PPS. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às treze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, **Manoel Urbano Rodrigues**, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente



.....
1º Secretário

Ata da 76ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 20 de outubro de 2005.

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueiredo** e **Francisco Viga**, do Partido dos Trabalhadores - PT; **Elson Santiago** e **José Luis**, do Bloco Popular Mobilizador - BPM; **Helio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista - PPS; **José Bestêncio** e **Roberto Filho**, do Partido Progressista - PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; ausentes os Deputados **Edvaldo Magalhães**, **Moisés Diniz**, **Antonia Sales**, **Chagas Romão**, **Luís Gonzaga**, **Helder Paiva**, **José Vieira**, **Tarcisio Medeiros**, **Dinha Carvalho** e **Ronald Polanco**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente** constou de: **OF/GAB/PGJ/n. 694/2005**, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, Edmar Azevedo Monteiro Filho, informando que designou a Promotora de Justiça da Promotoria Especializada da Cidadania e Saúde Pública, Drª Gilcely Evangelista de Araújo Souza, para representar aquele Parquet na Sessão Solene que se realizará dia 20 de outubro, no Plenário deste Poder Legislativo; **OF/GAB/PGJ/N. 673/2005**, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Edmar Azevedo Monteiro Filho, em resposta ao Ofício n. 519/GABP, de 6 de outubro de 2005; **Ofício n. 342/2005 - PR/AC/MV**, do Procurador da República, Marcus Vinícius Aguiar Macedo, formalizando convite para que a Aleac seja parceira na Audiência Pública acerca da

qualidade da Programação Televisiva que se realizará no dia 6 de dezembro vindouro, às 14h, atividade capitaneada pelo referido órgão em conjunto com o Ministério Público Estadual - MPE, apoiado ainda pelo Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Rio Branco e Sebras/AC; solicitando, também, a participação de um representante da Aleac numa reunião de trabalho sobre a dita Audiência Pública, a ser realizada no dia 25 de outubro próximo, às 10h, na sede do Ministério Público Federal; **Ofício n. 683/05/GP**, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado **Julio Garcia**, convidando o Presidente deste Poder a participar do I Ciclo de Estudos Jurídicos, promovido pela Associação dos Procuradores da referida Assembleia, que se realizará nos dias 10 e 11 de novembro; **Of. CER/N. 52/05**, da Secretaria de Organização do Diretório Regional do PT-AC, Lúcia Maria Ribeiro de Lima, comunicando que o Deputado Estadual **Ronald Polanco** se desfilou desde o dia 13 de outubro do corrente ano; **Carta**, do Deputado **Roberto Filho**, comunicando que se desfilou do Partido Trabalhista - PTB, e filiou-se ao Partido Progressista - PP; **Indicação n. 168/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **José Luis**, solicitando ao Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Acre, a instalação de um Posto de auto atendimento no Município de Manoel Urbano. Aberto o **Pequeno Expediente**, usou da palavra o Deputado, **Roberto Filho**, do PP. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Francisco Viga**. A seguir usaram da palavra os Deputados **José Luis**, do BPM; e **Luiz Calixto**, Líder do PT. O Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Francisco Viga**. A seguir usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, do PPS; e **Pe. Valmir Figueiredo**, do PT. Aberto o **Grande Expediente**, o Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, solicitou aos Senhores Deputados que acompanhassem ao plenário os representantes dos Portadores de Deficiência Física (PAUSA). Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, em nome da Mesa Diretora e todos os Parlamentares desta Casa, deu boas-vindas aos convidados e, a seguir passou a palavra a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, autora do Requerimento. Dando continuidade usaram da palavra a Promotora **Gilcely Evangelista**, Representante da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Acre; o Dr. **Wellington Melo**, Presidente da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais); o Senhor **Adilson Nogueira**, Presidente da Apadeq (Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos); o Senhor **Kennedy Afonso**, do Seias; a Senhora **Cristina Soares**, Presidente da AOPAC (Associação dos Ostomizados do Estado do Acre; o Senhor **Raimundo Correia**, representante da ADURE; o Senhor **Rosenildo Alves**, Diretor Presidente da ARIDLIF (Associação Riobranquense de Deficientes Físicos). Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, solicitou à Mesa Diretora que faça um documento à Procuradoria, com a assinatura dos vinte e quatro Deputados para saber por que a está demorando tanto o Parecer com relação a fábrica de cadeiras de rodas. O Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, informou a Deputada **Naluh Gouveia**, que o seu pedido será repassado à Secretaria Geral da Casa. Dando continuidade usaram da palavra o Senhor **Barboza**, do Moham; o Senhor **Manoel Lima**, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores); os Deputados **Pe. Valmir Figueiredo**, do PT; **Roberto Filho**, do PP; a Senhora **Cláudia D'Epaoli**, representante da Secretaria de Educação; os Deputados **Fernando Melo**, do PT; **Luiz Calixto**, Líder do PT; o Senhor **Isaias** e o Deputado **José Luis**, do BPM. O Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, esclareceu que o teto para Emenda Parlamentar era de 30 mil reais e no ano passado 50 mil reais, e que todos os Parlamentares têm se preocupado com os problemas da sociedade e esclareceu também para uma lei seja cumprida, ela depende de pressão popular ou de força judicial. E, informou que mesmo tendo as Leis que obrigan a implantação do Sistema Brasileiro de Sinais aos portadores de deficiência auditiva, elas não são cumpridas aqui no Estado. Agradeceu em nome da Mesa Diretora e de todos os Deputados a presença dos convidados. E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às treze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, **Manoel Urbano Rodrigues**, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

.....
1º Secretário



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.